

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 198.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 25 de outubro de 1971 — (Segunda-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braba Côrtes, Faud Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Odilon Reinhardt, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Basílio Zarusso, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Francisco Escorsin, Muggiati Filho, Nivaldo Kriger, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE :**

**REQUERIMENTOS :**

— De autoria do senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 196-71.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas e na forma regimental, requer a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de louvor ao Dr. José Milani, digno Presidente da Federação Paranaense de Futebol, pela deliberação tomada por Sua Senhoria, com relação ao Jandaia Esporte Clube, aceitando a proposta apresentada pelo esportista Senhor Theodoro Valdomiro Anoni, aprovada unânimemente pelo Conselho Arbitral, de participação do referido Clube no Campeonato Paranaense, a ser iniciado no próximo mês de novembro.

A decisão do Presidente da F.P.F. atinge, assim, o objetivo colimado pelos desportistas do Município de Jandaia, que era o de ver a sua tradicional agremiação participar, uma vez mais, do certame oficial de futebol do nosso Estado, e por isso justifica-se, plenamente, o registro do voto de louvor ora proposto.

Requer, ainda, que se dê conhecimento da manifestação da Casa à pessoa do homenageado.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) Gilberto Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente :

Na forma em que dispõe o Regimento Interno, ouvida a Casa, o Deputado subscritor do presente requer seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje um VOTO DE LOUVOR à pessoa do ilustre Professor Aurival Ferreira de Oliveira, componente do gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, tendo em vista o alto espírito público e o brilhantismo com que se vem havendo em suas funções.

O homenageado, Bacharel e Licenciado em Letras Neolatinas, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, já exerceu o Magistério, com invulgar proficiência, no Colégio Estadual do Paraná, Colégio Estadual Dr. Manuel Pedro dos Santos Lima, Colégio Estadual Pedro Macedo, Colégio Estadual José Bonifácio, entre outros, bem como lecionou as cadeiras de Latim, Francês e Português na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e no Ginásio Prof. João Cândido, da Campanha Nacional de Educação, além de ter exercido, também várias funções técnicas no Ginásio Prof. João Cândido, Escola Técnica Visconde de Cairu, Ginásio Estadual José Guimarães e no Conselho Técnico, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Requer-se, finalmente, que da manifestação desta Assembléia se dê ciência ao homenageado, através o expediente próprio.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) Gabriel Manoel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente :

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer, seja enviado ofício a Sua Excelência o Senhor Doutor Daniel Egg, digníssimo Secretário de Estado dos Negócios de Saúde Pública, no sentido de que venha a ser instalado um Posto de Saúde Pública na sede do Município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) Odilon Reinhardt.

#### JUSTIFICATIVA :

Ao fazermos tal solicitação, temos como primordial objetivo, dotar aquele progressista Município do Oeste, de recursos médico-sanitários por parte do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Céu Azul, acompanhando a arrancada desenvolvimentista que se verifica no Estado, e, apresentando população que cresce dia a dia, já se faz merecedor de maior atenção por parte das autoridades responsáveis pelo setor médico-sanitário, principalmente porque, para ali tem convergido, em grande número, famílias oriundas de todos os pontos do País, no afã de contribuir para um maior progresso e desenvolvimento do Oeste paranaense.

Como acontece com todas as populações rurais, não apresentam recursos financeiros suficientes no que diz respeito ao suprimento de problemas de saúde, que são, sem a menor sombra de dúvidas pouco acessíveis à grande maioria da população do campo, não só em nosso Estado bem como em todo o País.

Conhecedores que somos, do brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido pelo atual Secretário de Saúde Pública, no sentido de suprir as deficiências existentes neste setor no nosso Paraná, é que, tomamos tal iniciativa na certeza de que terá pleno acolhimento através do órgão competente a reivindicação que ora realizamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente :

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Vossa Excelência que faça um apelo ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes do Estado, no sentido de que mande dotar o 13.º Distrito da Polícia Rodoviária, com sede em Maringá, com mais dois automóveis equipados, para desempenhar os serviços de patrulhamento.

Com jurisdição sobre uma faixa de aproximadamente 600 kms., aquele organismo de controle rodoviário se encontra, presentemente, desfalcado de viaturas para a concretização de seu trabalho. Os seus agentes possuem apenas um "jeep" — ano 1966, para a execução desse patrulhamento, mas mesmo este se encontra em péssimo estado, dificultando sobremodo o serviço daquele distrito.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1971.

(a) **Hélio Manfrinato.**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente :

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam endereçados expedientes ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, solicitando que determine a extensão do Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEB) para a área universitária.

No momento, o PEB vem fornecendo bolsas de estudo somente para os cursos ginásial e colegial, por sinal num trabalho dos mais louváveis, executando através dos Sindicatos. No entanto, os sindicalizados brasileiros ficam com suas possibilidades limitadas, pois ao terminarem o curso colegial nem sempre podem tentar o ingresso nas faculdades, por falta de melhores condições financeiras.

Havendo o atendimento da solicitação ora formulada, os trabalhadores sindicalizados, desejosos de compartilhar do esforço governamental de melhorar o nível cultural do nosso povo, poderão dar sequência aos estudos, frequentando as escolas do nível superior. Mas para que isto aconteça, para que seja uma realidade, é indispensável a ampliação da programação do PEB, com a consequente concessão de bolsas de estudo para o campo universitário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) **Antônio Belinati.**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente :

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, requer a suspensão dos trabalhos legislativos e do Expediente da Secretaria desta Casa, no dia 29 do corrente, sexta-feira.

#### JUSTIFICATIVA :

A solicitação em apreço, visa ensejar aos Senhores Deputados e Funcionários deste Poder, a oportunidade de viajarem para o Interior a fim de prestarem as homenagens póstumas, aos seus entes queridos, nos próximos dias 1.º e 2 de novembro, dias consagrados aos mortos.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) **Antônio Belinati.**

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, Requer abono de faltas dos dias 21 e 22 próximo passado.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) **Lázaro Dumont.**

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI N.º 251/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Obras Públicas, Edifício para o funcionamento do Ginásio de Adrianópolis, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) **Quielise Crisóstomo.**

#### JUSTIFICATIVA:

Para o funcionamento normal e adequado necessita o Ginásio de Adrianópolis de prédio em boas condições. Servirá também, para funcionamento da Escola Normal que, juntamente com o Ginásio, somarão cerca de 300 alunos para o próximo ano, os quais até então dispõem somente do Prédio do Grupo Escolar. Daí a apresentação do Presente Plano de Lei, que esperamos ver aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 253/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Súmula: Autoriza a criação de uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, Município de Colombo.

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a construir, através do Órgão Próprio do Estado, uma Casa Escolar no distrito de "Colônia Faria", Município de Colombo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1971.

(a) **Quielise Crisóstomo.**

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito "Colônia Faria", no município de Colombo, com grande população em idade escolar se está ressentindo de Prédio adequado, para o funcionamento da Casa Escolar. Por essa razão apresentamos o presente Plano de Lei.

#### PROJETO DE LEI N.º 252/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a construir novo Prédio para o Ginásio em Bocaiúva do Sul.

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Obras Públicas, o edifício para funcionamento do Ginásio no Município de Bocaiúva do Sul, em terreno já doado pela municipalidade.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) Quielise Crisóstomo.

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Ginásio em Bocaiúva do Sul está funcionando em condições precárias e em local inadequado. A municipalidade já colocou à disposição, através de doação, um terreno com área de 7.346 m<sup>2</sup> para construção do novo prédio. Nestas condições, tomamos a iniciativa de apresentar o presente Projeto de Lei, para autorizar o Poder Executivo a proceder à construção de edifício adequado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos lido muito na imprensa acerca do interesse que o Governo vem demonstrando pelos problemas de turismo em nossa terra. O turismo é hoje uma das grandes fontes de receita, não só para o próprio Estado que o patrocina, o incentiva, fornece-lhe recursos e meios, como também para as próprias empresas privadas dos que se dedicam ao ramo do turismo.

Infelizmente no Paraná o amparo ao turismo não vem se processando da maneira como o deseja o Governo do Estado. Existe uma empresa pública no Estado, a PARANATUR, que não tem estrutura para incentivar o turismo. O descaso com que os homens responsáveis pela direção da PARANATUR vêm tratando o problema do turismo no Estado, é algo lamentável. E vou citar um caso corriqueiro, um caso comum, para ilustrar o que digo.

Há dias atrás um grupo de excursionistas que visitava nosso Estado, tentava conhecer Vila Velha. A empresa de turismo que atendia o referido grupo, dirigiu-se à PARANATUR para saber o preço da refeição no restaurante de Vila Velha. Pasmem os Srs. Deputados e o povo do Paraná. Ninguém, dentro da PARANATUR, sabia dizer quanto cobravam por refeição no restaurante de Vila Velha.

Vê-se que esta Companhia não tem condições para incentivar o turismo. O que se vê lá é uma estrutura falha, caríssima, jogam o dinheiro pela janela e não fazem absolutamente nada pelo turismo.

Com relação ao assunto voltarei à Tribuna para fazer denúncias das mais graves contra a atual direção da PARANATUR no Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Igo Losso, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente. (Pausa) Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. (Pausa) Também não se encontrando presente e não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, transfere para responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Serтанópolis. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/71, de autoria do Dep. Quíselo Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder, através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Colorado. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/71, de autoria do Dep. Quíselo Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha, uma linha de força e luz elétrica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/71, de autoria do Dep. Quíselo Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo constuir uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/71, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Vitorino, um Motor e um Trator conforme especifica, pertencentes ao D.A.T.M. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Universidade Estadual de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Pósto de Puericultura, o terreno que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 73/71. — aprova a Resolução n.º 6/71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que alterou o Convênio pelo qual foi criado o Sistema CODESUL — BRDE. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198/68, de autoria do Dep. Roberto Galvani, fica criado o Município de Paraná do Oeste, desmembrado dos Municípios de Moreira Salles, Goio-Erê e Janiópolis, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Parecer da C.C.J. pela REJEIÇÃO — **Rejeitado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 198/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Paraná do Oeste, desmembrado dos Municípios de Moreira Salles, Goio-Erê e Janiópolis, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“começa na margem esquerda do Rio Goioerê na foz do córrego Gabijú; daí sobe por este córrego até sua nascente; daí por uma linha seca até encontrar o Ribeirão Água Branca numa extensão de mais ou menos ..

13.000 metros; daí por uma linha seca até encontrar a Água do Caracóí numa extensão de mais ou menos 8.250 metros; daí subindo pela Água do Caracóí numa distância de mais ou menos 4.500 metros até um marco; seguindo por linha seca de mais ou menos 2.300 metros até a Água do Papagaio; subindo pela Água do Papagaio até alcançar o Riozinho; daí subindo até encontrar o Rio Goioerê descendo pelo Rio Goioerê até a foz da Água do Gabiju ou seja o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.968.

a) Dep. Roberto Galvani

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 198/68

AUTOR: Dep. Roberto Galvani

SUMULA: Cria o Município de Paraná do Oeste, desmembrado dos Municípios de Moreira Salles, Goioerê e Janiópolis.

#### P A R E C E R

A matéria relacionada com a criação de Municípios está, presentemente, disciplinada pela Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1.967, que estabeleceu os requisitos e condições para que um determinado território seja transformado em unidade municipal.

Dentre elas, isto é, entre as exigências do mencionado diploma legal, avulta aquela do parágrafo único, do art. 1.º, da representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada, no mínimo, por cem eleitores, residentes e domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Mais ainda, segundo o mesmo dispositivo, o referido documento é que é o hábil para dar início ao procedimento Legislativo, destinado a criação de Município.

Ora, o presente projeto de lei não resulta de tal representação, já que é iniciativa de ilustre parlamentar, e, segundo a Lei, só ela é capaz de abrir o processo específico. Incorre, portanto, a propositura em flagrante e insanável ilegalidade, face ao que dispõe a Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1.967, no Parágrafo Único, do Art. 1.º.

Por tais razões, opino pela rejeição da matéria.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Igo Lessa

Arthur de Souza

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Martins de Oliveira

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 293/70, de autoria do Dep. Armando Queiroz, cria, no Município de Goio-Erê, o Distrito Administrativo e Judiciário de Rancho Alegre D'Oeste, com as divisas que especifica. — Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Rejeitado.

#### PROJETO DE LEI N.º 293/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado no Município de Goio-Erê, o Distrito Administrativo e Judiciário de "RANCHO ALEGRE D'OESTE".

Dados descritivos do referido distrito:

"Começando no Rio Caracóí, divisas das glebas 10 e 13, divisa do muni-

cípio de Janiópolis; descendo por este rio até sua foz com o rio Piquiri; subindo por este até a foz do rio dos Vieiras, divisa do município de Ubitatã; subindo por este rio, até a divisa do município de Janiópolis, gleba 10; seguindo por esta, até o rio Caracol, ponto de partida; seguindo pela linha divisória desta gleba, acompanhando as divisas do município de Janiópolis, até o rio Caracol, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1970

a) — Dep. Armando Queiroz de Moraes

**JUSTIFICATIVA:** O distrito terá por sede o patrimônio de Rancho Alegre D'Oeste, compreendendo uma área aproximada de 17 mil alqueires, e população também aproximada de 16 mil habitantes. Trata-se de região de terra fertilíssima, sendo parte roxa e parte mista. Predominam as lavouras de café, cereais em geral, além de algodão e hortelã; sendo próprios ainda para pastagens.

O patrimônio em si, se apresenta com cerca de duzentas casas, havendo trinta casas de comércio, uma farmácia, uma serraria, um posto de gasolina, duas máquinas de arroz. A área do distrito contém 14 escolas rurais, e na sede, um grupo escolar com cerca de 600 alunos matriculados.

Ao lado, entre igrejas e templos, existem seis. Existindo também campo de futebol.

O patrimônio dista cerca de 20 quilômetros de Goio-Erê, sede do Município; 12 de Barreirinho D'Oeste; 30 de Quarto Centenário; 20 de Juranda.

Os dados evidentemente convencem do acerto do projeto, e da justiça da pretensão, daí porque se aguarda pelo pronunciamento favorável das Comissões e Plenário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 293/70

SÚMULA: Cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Rancho Alegre D'Oeste, no município de Goio-Erê.

#### PARECER

1) O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Armando Queiroz, objetiva a criação de distrito administrativo e judiciário no município de Goio-Erê.

Com a devida vênia de seu ilustre subscritor, entendemos inviável a proposta de lei em exame.

A criação de distrito judiciário implica em alteração da divisão judiciária do Estado, hoje da competência do Tribunal de Justiça local, nos termos do art. 144, § 5.º, da Constituição Federal, e 94, II, da Constituição Estadual.

2) Diante do exposto, opinamos pela rejeição do projeto.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Acyr José

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/71, de autoria do Dep. João Mansur, declara de Utilidade Pública, a Arquiconfraria das Mães Cristãs, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.



**PROJETO DE LEI N.º 184/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "ARQUICONFRARIA DAS MAES CRISTAS", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971.

a) — Dep. João Mansur

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, vem prestando, desde a data da sua fundação — 6 de novembro de 1910 — os mais relevantes serviços à coletividade. Promove a formação social, moral e religiosa. Colabora com as obras sociais de Curitiba. Auxilia instituições reconhecidamente pobres. Auxilia a Educação de estudantes pobres. Humana e elogiável sobre todos os aspectos é sua finalidade. O relatório de suas atividades durante o exercício de 1970, nos dá uma idéia exata de seu trabalho.

Por tais razões e por preencher todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a espécie, — acreditamos que esta Casa não deixará de acolher o presente projeto de lei, dispensando-lhe o necessário apoio.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N.º 184/71**

**AUTOR:** Dep. João Mansur

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a "ARQUICONFRARIA DAS MAES CRISTAS", com sede nesta Capital.

**P A R E C E R**

I — O presente plano de Lei, vem devidamente instruído e justificado.

II — Não fere preceito legal ou constitucional.

**FAVORÁVEL**, é o parecer.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Emílio Carazzai** — Relator

**Arthur de Souza, Cândido Martins de Oliveira, Acyr José, Igo Losso.**

1a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 14/71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, revoga a Resolução nr. 3 de 2 de janeiro de 1963. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**SÚMULA:** Revoga a Resolução n.º 3 de 22 de janeiro de 1963.

Art. 1.º — Fica revogada a Resolução n.º 3 de 22 de janeiro de 1963, publicada no Diário Oficial n. 265 de 26 de janeiro de 1963.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) **Quilse Crisóstomo da Silva**

**JUSTIFICATIVA:**

A Resolução que com esta se pretende revogar, autoriza a realização de plebiscito em região do Município de Palmas para a possível anexação da mesma ao Município de Bituruna. A data dessa autorização é de 1.963, não tendo sido até agora realizado o plebiscito. Nestas condições, e em face da vigência do Ato Complementar n.º 46, que estabelece que qualquer alteração territorial em Municípios só poderá ser feita com autorização prévia do Sr. Presidente da República, a Resolução n.º 3 de 1963, perdeu o seu objetivo e oportunidade.

**RESOLUÇÃO N.º 3/63**

DATA: 22 de janeiro de 1.963.

SUMULA: Autoriza a realização de Plebiscito na região que especifica.

Art. 1.º — É autorizada a realização de Plebiscito no território compreendido pelas divisas seguintes do Município de Palmas:

sobe o Cresciuma desde a barra do Iguaçu até a confluência com o Lageado Canela, sobe por este às nascentes, linha seca até ao Lageado dos Patos, subindo por este até as nascentes, linha seca até as nascentes do Lageado da Escada, desce por este até a barra do Iratim, desce por este até a barra do Iguaçu, sobe por este até a barra do Cresciuma, ponto de partida a fim de a população decidir sobre sua anexação ao Município de Bituruna.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de janeiro de 1963.

a) — Luiz Alberto Dalcancalle — Presidente

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

AUTOR: Dep. Quiêse Crisóstomo da Silva

SUMULA: "Revoga a Resolução n.º 3, de 22 de janeiro de 1963".

**P A R E C E R**

1.) A iniciativa em questão vem articulada e justificada, nos termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno. A sua elaboração, por outro lado, está devidamente autorizada pelo art. 128, § 6.º, do mesmo diploma legal.

2.) Referido Projeto de Resolução não contraria qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada há a contestar.

3.) Assim, pois, e pelas razões apontadas, somos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Sebastião Rodrigues Júnior

Armando Queiroz

Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, solicitando seja enviado expediente aos Srs. Presidente da República, Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, no sentido de que determinem a extensão do Programa Especial de Bolsas de Estudo para a área Universitária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Transportes do Estado no sentido de que mande dotar o 13.º Distrito da Polícia Rodoviária, com sede em Maringá, com mais dois automóveis equipados para desempenhar os serviços de patrulhamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, pela deliberação tomada por sua Senhoria com relação ao Jandaia Esporte Clube. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Estados dos Negócios de Saúde Pública, no sentido de que venha a ser instalado um Posto de Saúde Pública, na sede do Município de Céu Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 196/71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos Legislativos e Expediente da Secretaria desta Casa, no dia 29 do corrente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Professor Aurival Pereira de Oliveira, componente do gabinete do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estados dos Negócios da Educação e Cultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando abono de faltas dos dias 21 e 22 próximo passado. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 158-70, 233-70 e do Projeto de Resolução n.º 17-71;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184-71 e do Projeto de Resolução n.º 14-71,

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201-70.

Levanta-se a sessão

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### ATA DA 13a. REUNIÃO ORDINÁRIA

##### 1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a Sessão Planária, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, contando com as presenças dos Senhores Deputados Ovidio Franzoni, Santos Lima, Maurício Fruet, Fuad Nacli, Gabriel Manoel e Paulo Poli. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 136/68** — de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria um Ginásio no Município de Marilena e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável c/ substitutivo, aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 275/70** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavai. Relator Senhor Deputado Maurício Fruet, parecer favorável, aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 231/70** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Eliza, distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 274/70** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Ivatê, Distrito de Umuarama. Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 289/70** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Guairacá. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 114/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 131/71** — de autoria do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo criar a Escola Normal Colegial do Município de Conselheiro Mairink, para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator Senhor

Deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 150/71** — de autoria dos Senhores Deputados Basílio Zanuso e Quielse Crisóstomo da Silva que autoriza o Poder Executivo celebrar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, para construção de uma ponte sobre o Rio Pirapó, divisa entre os referidos Municípios. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 151/71** — de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede dos Municípios de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 153/71** — de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Transportes, proceder estudos, execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116. Relator Senhor Deputado Ovídio Franzoni, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 160/71** — de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanuso e Deputado Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé. Relator Senhor Deputado Maurício Fruet, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 166/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que cria na sede do Município de Dr. Camargo, um Ginásio de Comércio para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 167/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio em Jardim Alvorada, cidade de Maringá. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 183/71** — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes, nesta Capital e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 187/71** — de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Melo e Santa Fé. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 200/71** — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar no distrito de Cafelândia d'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, na forma que especifica. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 220/71** — Mensagem Governamental n.º 23-71, encaminhando Anteprojeto de Lei que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente  
Terezinha B. Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 32a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e hum dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo

número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Pinto Dias apresentou Redação Final do seguinte processo: **PROJETO DE LEI N.º 232/71** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem Governamental n.º 34/71 — Integrando a Administração do Porto de Paranaguá — A.P.P. e a Administração do Porto de Antonina — A.P.A., em Entidade Autárquica única, vinculada à Secretaria dos Transportes, sob denominação de “ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — A.P.P.A.”, e dá outras providências. **APROVADA.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) **Cândido Manuel Martins de Oliveira** — Presidente  
**Lélio Guimarães Sotto-Maior** — Secretário

### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 232/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1.º Ficam integradas a Administração do Porto de Paranaguá — A.P.P. e a Administração do Porto de Antonina — A.P.A. em uma Entidade Autárquica única, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, sob a denominação de “ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA — A.P.P.A.”, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira.

Art. 2.º A A.P.P.A. terá sede e foro no Município e Comarca de Paranaguá.

Art. 3.º Todo o acervo das entidades integradas é transferido à nova autarquia.

Art. 4.º Continuam em vigor no corrente exercício, com as mesmas destinações, as dotações orçamentárias das Administrações dos Portos de Paranaguá e de Antonina (A.P.P. e A.P.A.), que passam a ser aplicadas pela A.P.P.A.

Art. 5.º Passarão a integrar o Quadro Próprio de Pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, A.P.P.A., os atuais cargos de provimento efetivo e em comissão pertencentes aos Quadros Próprios de Pessoal da Administração do Porto de Paranaguá e da Administração do Porto de Antonina.

Art. 6.º — Aos servidores e empregados das Administrações dos Portos de Paranaguá e Antonina sujeitos, respectivamente ao regime do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, classificados no Quadro Próprio de Pessoal da A.P.P.A. e ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-á a Legislação Portuária consubstanciada na Lei Federal n.º 4.860, de 26 de novembro de 1.965 e suas respectivas modificações.

§ 1.º Os quadros de pessoal da A.P.P.A. e suas necessárias alterações, somente depois de aprovados pelo Poder Executivo Estadual serão submetidos à audiência do órgão federal competente e sua vigência iniciará na data da ratificação expressa ou legal do referido órgão.

§ 2.º Para os servidores da A.P.P.A. sujeitos ao regime do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, este será aplicado supletivamente, assim como será a legislação do trabalho para os demais empregados, no que couber.

Art. 7.º O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias desta data baixará a regulamentação desta Lei.

Art. 8.º A Superintendência da A.P.P.A. exercerá a chefia executiva dos Portos, extinguindo-se a Superintendência, em Antonina.

Art. 9.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n. 5.783, de 1.º de junho de 1.968 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 199.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 26 de outubro de 1971 — (Terça-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Domício Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Ayr José, Aguiraldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Mugiaty Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva (40): achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, João Mansur, Nivaldo Krüger, Paulo Poli e Wilson Frandão (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. 2.º SECRETARIO** — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

**O SR. EMÍLIO CARAZZAI** — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** — Vamos proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum, solicitada pelo nobre Deputado Emílio Carazzai.

(É feita a chamada)

**O SR. PRESIDENTE** — Responderam à chamada 28 Srs. Deputados. Há número legal para continuidade da sessão.

**O SR. 1.º SECRETARIO** — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscrive, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Direção e Conselho de Curadores da Fundação Educacional de Mandaguari e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras daquela cidade, pela inauguração, no dia 16 do corrente, da sua sede própria, em edifício construído com a capacidade e o sacrifício de todos os idealistas que conduzem vitoriosamente os destinos do ensino superior naquele próspero Município

Este voto é apresentado para aplaudir o valeroso grupo de professores, alunos e colaboradores, que em todas as horas tem sabido lutar galhardamente para a concretização da importante obra educacional no seu mais amplo sentido, uma vez que muitas têm sido as dificuldades e objeções patrocinadas pelos que não querem o progresso e o realce da grande Faculdade.

Assim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao Diretor da Faculdade, Professor Argemiro Karling e ao Diretor da Fundação Educacional de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1971.

(a) — Igo Losse

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido ao Senhor Diretor do DETRAN os mais efusivos cumprimentos desta Casa de Leis pela publicação da revista obediente ao título de TESTE, cujas instruções e recomendações sobre a momentosa questão do Exame de Legislação e Sinalização valem como um subsídio precioso e inédito para a conquista de uma acentuada melhoria do comportamento dos motoristas em geral.

O arquiteto Marcos Prado tem revelado, à frente dos destinos do importante órgão, não só uma comprovada capacidade de ação como também demonstrado um admirável apelo para destinar aos problemas do trânsito a marca de uma disciplina ideal e a corresponder às melhores expectativas públicas. Estimular os povos de uma Administração de todos os que se apercebem da importância e delicadeza das ações que lhe compete fiscalizar e fazer respeitadas.

Justo sobremaneira que nossos cumprimentos sejam extensivos àquêles que, com dedicação exemplar e eficiência elogável, contribuíram para o êxito da útil e proveitosa iniciativa.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1971.

(a) — Ivo Tomazoni

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Excmo. Senhor Presidente da COPEL, solicitando a extensão da rede de energia elétrica aos seguintes Distritos e Patrimônios que integram a área Municipal de Ivaiporã: Ouro Verde, Alto Porã ou 4 Encruzos, Lageado, Ariranha e Nova Aliança.

Tratam-se de localidades de grande povoamento, cujo progresso somente não tem sofrido maior impulso exatamente por falta da rede de energia elétrica, melhoramento que tem prejudicado inclusive a instalação de algumas indústrias naqueles locais.

Em se tratando a COPEL de empresa pública, cuja finalidade é exatamente a de levar a energia elétrica para todos os recantos do nosso Estado, tudo leva a crer que pela importância econômica que representam para o Paraná, os Distritos e Patrimônios de Ivaiporã deverão de ser beneficiados com os melhoramentos ora solicitados.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1971.

(a) — Antônio Belinati

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimen-

tais requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado officio ao Exmo. Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando o envio de um carro do Destacamento do Corpo de Bombeiros para prestar serviço em caráter permanente na cidade de Ivaiporã.

Trata-se de um dos mais importantes Municípios agrícolas do Estado, até hoje não beneficiado com o deslocamento para ali, para serviço efetivo, de uma guarnição do Corpo de Bombeiros.

Quando da ocorrência de algum sinistro, como aconteceu recentemente numa máquina de beneficiamento de cereais, a cidade de Ivaiporã não dispõe de qualquer recurso para combater as chamas.

O atendimento do presente pedido virá beneficiar diversos outros Municípios, entre eles Jardim Alegre, Manoel Ribas, Grandes Rios, Faxinal, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Barbosa Ferraz e Fênix, que igualmente se acham desprovidos de qualquer atendimento do Corpo de Bombeiros do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1971.

(a) — Antônio Belinati

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente requer seja enviado officio ao Secretário de Educação e Cultura solicitando construção de 10 salas de aulas no Colégio Estadual de Umuarama.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1971.

(a) — Marciano Baraniuk

#### JUSTIFICATIVA:

No ano de 1970, cursou-se com um excedente de 2.400 alunos no curso primário e 1.281 alunos no curso médio na zona suburbana e urbana, por falta de salas. Para o ano de 1971 a situação complica ainda mais, mesmo agora que a Secretaria de Educação autorizou a construção de vinte e três salas na sede do Município, isto porque as salas em construção irão substituir as salas atuais dos Grupos Escolares: Umuarama e Isa Mesquita que, em conjunto, correspondem a 24 salas. Analisando os anos de 70 e 71 que vêm acumulando alunos para o ano de 1972, chega-se à realidade que indica o grande acúmulo de alunos. No ensino médio temos a Escola Normal Maria Montessori, com 6 salas, construídas em 1967, possui 230 alunos no curso normal e Escola de Aplicação com 298 alunos, e ainda o Colégio Comercial Estadual, com 210 alunos, num total de 738 alunos. Temos uma média de 123 alunos por dia em cada sala. O Colégio Estadual de Umuarama, com 9 salas atende, somente na sede, 1.739 alunos; possui ainda no 1.º e 2.º ciclo, 403 alunos em salas alugadas pela Prefeitura, no Educandário São José e que, a partir de 1972 esse Educandário não mais cederá as salas, daí então resulta o grande problema de onde colocar os 403 alunos, e ainda os alunos que terminam o 4.º ano em 1971. O Ginásio Estadual Bento Mossurunga, com 520 alunos, não tem prédio próprio, funciona no Grupo Escolar Umuarama, este já com prédio condenado, pois é de madeira, construído há mais de 12 anos, oferecendo grande perigo para os alunos e professores. O Colégio Comercial Estadual, com 213 alunos, não tem prédio e ocupa as 6 salas da Escola Normal no período noturno, serve-se ainda de uma sala do Educandário São José com a locação pela Prefeitura e apresenta o mesmo problema do Colégio Estadual, pois no próximo ano, caso não seja resolvido o problema, terão que procurar outro local. Grupo Escolar Umuarama e Isa Mesquita já foram condenados definitivamente, já foi aqui amplamente divulgado; o Grupo Escolar Umuarama, com 1.333 alunos no curso primário, Grupo Escolar Isa Mesquita, 8 salas com 906 alunos em idênticas condições do Grupo Escolar Umuarama. Após análise da situação no setor de ensino de



Umuarama, chega-se à conclusão de que somente para o Colégio Estadual de Umuarama é necessário ampliar mais 10 salas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja transcrita na Ata dos trabalhos de hoje, a anexa nota oficial emitida pelo Consulado Geral da Alemanha, com referência ao caso surgido nos noticiários, em relação aos jovens trabalhadores brasileiros que, mediante contratos prestam serviços na Alemanha, bem como da tradução do folheto informativo e programa que norteiam tais compromissos.

A presente proposição é feita no sentido de que fiquem registradas aquelas notas e elementos esclarecedores, às autoridades e ao público brasileiro.

Requeiro outrossim, que dêste meu pronunciamento se dê ciência, em seu inteiro teor, ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, ao Exmo. Sr. Ministro de Relações Exteriores, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e ao Exmo. Sr. Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil e ao Exmo. Sr. Cônsul do mesmo país em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

(a) — Igo Losso

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de veemente apelo à Direção do Banco do Estado do Paraná, no sentido de instalação de uma Agência no Município de São João do Triunfo.

O apelo encontra ampla justificativa no interesse evidenciado pelos Municípios em contarem, na sede, com ramificação do Estabelecimento Oficial de Crédito, propiciando-lhes a possibilidade de manterem conta e transações comerciais com o Banco em referência, ao mesmo tempo, contribuindo com o engrandecimento do Estado, na demonstração da ilimitada confiança depositada na grandeza do Paraná e na Administração do seu Governador, oferecerem testemunho de confiança à atual Diretoria do Banco do Estado.

O atendimento do apelo, além de tudo, evidenciará a visão progressista que norteia os destinos do Estado, em todos os setores de atividades.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1971.

(a) — Acyr José

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, vem, respeitosamente requerer encaminhamento de apelo ao Ilustríssimo Senhor Diretor Superintendente da Companhia Força e Luz do Paraná, no sentido de extensão da rede de energia elétrica no Município de Almirante Tamandaré, vindo beneficiar os moradores da Colônia "ANTÔNIO PRADO".

O apelo encontra ampla justificativa no reconhecimento do esforço e empenho evidenciado pela Direção da Companhia em possibilitar o progresso do Paraná e o conforto para o seu povo, através da ampliação da rede de energia elétrica às comunidades que anseiam por tal benefício.

A Colônia "Antônio Prado", núcleo progressista e empreendedor do Município de Almirante Tamandaré, pleiteia tal melhoramento, assegurador de melhores condições de vida e reprodução, na medida em que a sua implantação será fator preponderante de melhoria e maior progresso.

O apelo, por oportuno, sem dúvida merecerá a acolhida e a consideração do ilustre e operante Diretor Superintendente, ficando renovadas as es-

peranças dos moradores de "Antônio Prado", pela convicção de que, em breve, suas esperanças serão concretizadas.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1971.

(a) — Acyr José

**PROJETO DE LEI:**

PROJETO DE LEI NR. 254-71

A. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Paraná, desta Capital.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1971.

(a) — Wilson Fortes

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade foi fundada em 14 de outubro de 1915 e tem como fins principais: prestar benefícios aos associados, assistência espiritual e moral, incentivar o aprimoramento cultural e fomentar o espírito de fraternidade e harmonia entre os associados.

De conformidade com os documentos apensos ao presente Projeto, levamos à consideração dos nobres Pares, para que essa Entidade, que já prestou tantos serviços aos briosos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, seja reconhecida como de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na Tribuna neste instante, deve-se unicamente ao desejo de expressar o nosso contentamento, a alegria de todos os Deputados componentes desta Casa, pelo retorno às suas atividades parlamentares do nosso grande colega Deputado Muggiati Filho.

Na ocasião em que S. Exa. sofreu aquele acidente, pudemos observar a solidariedade de toda a Casa e de quanto é estimado este Parlamentar.

Fazendo votos, naquela oportunidade, a Deus, princípio e fim de todas as cousas, para que preservasse a vida e a saúde do nosso colega e de seus familiares, estivemos atentos em todos os instantes com nosso pensamento e nossa presença física onde foi possível, levando ao ilustre Parlamentar a nossa solidariedade.

Porisso é grande o motivo de satisfação de todos nós ao vermos aqui novamente o Deputado Muggiati Filho com sua característica de sempre, lutador intemerato pelas boas causas. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha inscrição no Pequeno Expediente da sessão de hoje, tinha realmente um único objetivo, objetivo este que amplio face as bondosas palavras proferidas pelo nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, cuja figura de Parlamentar nesta Casa aprendi a admirar como aos demais colegas.

Como era meu desejo, gostaria de registrar nos Aíais desta Casa do povo meu reconhecimento, o de minha esposa e de minha filha à Presidência des-

ta Casa, a Secretaria, às Lideranças, a Comissão Especial que nos honrou, que nos assistiu com as suas presenças, e ao nobre quadro de Funcionários deste Poder, dos quais recebemos a mais valiosa solidariedade que poderíamos pensar em receber em momentos realmente difíceis.

O registro serve, como bem assentou o nobre Deputado Antonio Lopes Júnior, para colocar em relevo, uma vez mais, a grande solidariedade, a grande afetividade, que, no campo humano existe entre todos os membros desta Casa. Isso vem duplicar a honra com que procuramos desempenhar nossas atribuições nesta Casa, pelo seu sentido, pelo que ela teve de humano, de social. Também, sob esse aspecto, deixo registrado, em meu nome, em nome de minha família, à Mesa, aos Srs. Deputados, e ao quadro de Funcionários, o nosso reconhecimento, o nosso profundo agradecimento.

A todos, muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do ex-Deputado estadual, Leovegildo Sales.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, aqui me encontro nesta Tribuna, trazendo um pronunciamento escrito, de minha lavra, sobre matéria de grande relevância, não só nacional, mas que alcançou as manchetes internacionais, e cujo fato, por certo, trará consequências que nós não sabemos quais, mas que esperamos sejam as melhores.

(Lendo).

"Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tôda a imprensa nacional vem noticiando uma série de artigos referentes à contratação de operários brasileiros de origem alemã, que teriam ido àquêle país amigo, e ali passado sérias privações em função de um contrato que lhes seria lesivo e não lhes asseguraria as mínimas condições tanto de trabalho como de retorno à Pátria.

A matéria, interessou-me sobremaneira, principalmente porque aqui tenho vindo nesta Tribuna, inúmeras vêzes, para ressaltar a crescente amizade entre o Brasil e a Alemanha, numa luta comum que ambos desenvolvem para o bem estar humano.

Numa destas oportunidades, expressei o reconhecimento do povo brasileiro e particularmente do povo paranaense, pelas grandes doações efetuadas pela Alemanha ao Paraná, nos setores educacionais e assistenciais, através do programa de Auxílio para o Desenvolvimento, patrocinado por aquêle País.

Entre tantas obras, ressaltei a aparelhagem magnífica e moderna entregue aos Hospitais Evangélico e Clínicas, no valor de mais de 4 (quatro) bilhões de cruzeiros, que beneficiam a saúde do povo; as verbas consignadas para construção e ampliação do Hospital Evangélico; da Escola de Enfermagem; do Ginásio Martins de Curitiba; Internato Martin Luther de Marechal Cândido Rondon; dos auxílios para as Colônias de Entre Rios e Witmarsun, do Corpo de Voluntariado e para ensino técnico, que cooperam em inúmeros Municípios paranaenses e uma infinidade de outras obras e trabalhos, que marcam a amizade dos dois povos. Eis porque, o acontecimento me chamou a atenção, tendo então acompanhado com o máximo interesse o fato e analisado com vagar, as origens das informações.

Recentemente, estive na Colônia Witmarsun, ocasião em que palestrei com jovens que cumpriram na Alemanha o programa de aperfeiçoamento agrícola e que dali retornaram não só com satisfação, mas também agradecidos pela oportunidade que tiveram de aprender a melhor e mais moderna técnica agrícola européia, cujos conhecimentos aplicam, agora, nos campos paranaenses e brasileiros.

Após, o surgimento do fato, procurei inteirar-me de tudo, através de membros da etnia-germânica, dentre eles o ilustre amigo Raul Rodmammm, Presidente da Comissão Assessora para Assuntos da Etnia-Germânica e o próprio Consulado, que expediu nota oficial esclarecedora à imprensa, que foi divulgada em seus tópicos principais.

Destes dados, observei, de início, que as notícias não correspondiam à realidade e que elas provinham das declarações de um elemento, por nome Darcilio Hubert, que usando de subterfúgios, conseguiu inscrever-se para um programa de aperfeiçoamento agrícola, sem ser agricultor.

Este fato, por si só, deveria ser suficiente para tornar inválidas as suas declarações, pois pecam pela origem, ao falsear a verdade, quando foi à Alemanha creio pensando mais em um passadinho do que para trabalho ou estudo. Isto que fica claro quando o referido cidadão enviou carta à Fundação Alemã, para Países em Desenvolvimento, solicitando o seu retorno ao Brasil e assinala em certo trecho de que os ensinamentos agrícolas que estava recebendo não lhe seria útil, pois já tinha Curso Superior, era conselheiro agrícola e técnico em frigorífico; que queria voltar, não por estar insatisfeito com a família que o hospedou ou por não gostar da Alemanha; que atribuía o fato de ter ido à Alemanha devido à informação errônea quanto ao programa na oportunidade de seleção no Brasil e que por falta de suficientes conhecimentos do domo alemão, de sua parte, não havia entendido bem a finalidade da viagem.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aí está mais um amontoado de declarações distorcidas por parte do referido cidadão. Tenho aqui em mãos os termos do contrato assinado pelo sr. Darcilio Hubert e por todos os que ainda executam aquele programa na Alemanha. Ele é escrito em alemão e em português, muito claro, que só um analfabeto não pode ler ou entender. Tenho em mãos também o programa distribuído previamente a cada um dos integrantes do curso durante os três anos também escrito em português, desde a saída de Santos em 23.10.70, até a chegada de volta, em abril de 1973. Além de tudo isto muito claro, em português e em alemão, a escala de vencimentos em marcos, que cada um receberia durante o programa, com os descontos legais do Governo alemão.

Nota-se que tudo é devidamente esclarecido ao interessado que, de boa fé, deseja cumprir o programa que é sério e realizado dentro de contrato que observa todos os requisitos legais, tanto das leis brasileiras, como das alemãs. O investimento individual dispendido pelo Governo Alemão com relação a cada jovem agricultor, dentro do programa é de Dm. 11.000 marcos ou seja em nossa moeda Cr\$ 18.500,00 (dezoito mil, cento e cinquenta cruzeiros).

Este programa, com a participação das Secretarias de Agricultura dos três Estados Sulinos, só é feito e permitido para jovens de 20 a 25 anos e essencialmente agricultores. O Sr. Darcilio Hubert, posteriormente, quando pediu o cancelamento de seu contrato em carta informa que não é agricultor. Daí a prova de que não disse a verdade ao preencher formulário para beneficiar-se do programa, pois, pelo contrário não seria aceito.

As informações iniciais apanhadas pela imprensa, tão somente na versão do referido elemento, auxiliou, a princípio, os desconcertantes artigos, agravados ainda pelas falsas notícias dadas pelo mesmo, de que muitos passam fome naquele País. Ao que, se pode depreender de tudo, é que pessoas interessadas em perturbar a perfeita harmonia e cooperação entre os dois povos, estão usando certos elementos, maldosamente, para enxovalhar e destruir esta afinidade de trabalho que caracteriza as relações Brasil-Alemanha, ou então, o mesmo elemento quer valer-se d'uma intriga internacional, para não cumprir os dispositivos contratuais, face à sua desistência. Bem é, que as autoridades brasileiras estejam alertadas e procedam rigoroso inquérito, para apurar as verdadeiras intenções de tal trama e o que verdadeiramente desejam atingir.

Esta sindicância interessa agora a ambos os países, que precisam apurar os verdadeiros fatos e desmascarar aquele que querem destruir o trabalho comum que realizam os dois povos amigos, ao tentarem com intrigas, estremer a confiança e a simpatia sobre algo que é feito dentro do maior respeito e dignidade.

É bom que o Ministro do Trabalho e do Exterior ouçam, dos que já participaram do programa e dos próprios atuais participantes, o que de verdade existe, pois só assim estarão as coisas no seu devido lugar. Sabemos da estima e consideração que o povo alemão devota ao povo brasileiro, que tem sido hospitaleiro e tem recebido com a máxima fidalguia tantos filhos daquela Pátria, como se seus fossem. Essa gratidão, é que tem caracterizado o empenho do Governo alemão nos empreendimentos brasileiros. Creio, que esclarecido o fato, em nada serão afetadas as relações amigas dos dois países, antes, pelo contrário, maior firmeza e disciplinação se imporá.

Concluindo Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho requerimento à Mesa, para que seja transcrita na íntegra, a nota oficial do Senhor Cônsul da Alemanha no Paraná, dr. Roland Zimmermann, onde Sua Excelencia traz à luz, clara e pormenorizadamente, todos os fatos e esclarecimentos necessários ao público e às autoridades brasileiras, desfazendo assim "a priori" as malévolas insinuações que culminaram com notícias tão desconcertantes da realidade.

Assim ficará registrada oficialmente a nota, para apreciação das autoridades e dos Srs. Deputados, hoje e a qualquer época.

Ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, além da nota que, pedimos, seja transcrita nos Anais através de um requerimento próprio, solicitamos que este pronunciamento que hoje fazemos seja enviado em seu inteiro teor, ao Ministro do Trabalho, ao Ministro das Relações Exteriores e ao Ministro da Justiça, bem como, ao Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao próprio Cônsul Sr. Roland Zimmermann, para que assim se esclareça o fato com maior objetividade e inclusive a comissão designada pelo Governo Brasileiro possa apurar o que de verdade existe. E nós temos certeza que tudo ficará esclarecido, pois temos analisado e chegamos à convicção, depois de estudos aprofundados, de que, o que é feito sob o patrocínio de firmas alemãs com o referendium do próprio Consulado, das próprias autoridades alemãs, tudo é feito dentro dos sagrados princípios de respeito aos direitos humanos, e as condições permitidas e dadas, fornecidas àqueles elementos que viajam para a Alemanha, tanto financeiras como de moradia ou alimentares, são as melhores possíveis.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Igo Losso, a matéria que V. Exa. trouxe ao conhecimento da Casa, foi abordado por alguns jornais do Brasil, que fizeram um verdadeiro estardalhaço com relação a quatro operários, que foram tentar uma melhor sorte, uma melhor vida na Alemanha; alguns regressaram e parece que alguns morreram.

O que nós podemos sentir, é a realidade como V. Exa. enfatizou da Tribuna. No Brasil existem milhares de alemães, e é inegável o auxílio do Governo da Alemanha. A Central Econômica Alemã, é uma outra instituição da Alemanha católica que não nos lembramos, e que tem dado tudo ao nosso Paraná, como V. Exa. focalizou, o caso do Hospital Evangélico, o caso do Colégio Filadélfia de Londrina, o caso do Colégio Mãe de Deus, das Irmãs de Londrina que foi todo remodelado com o dinheiro da Alemanha, o novo Hospital Evangélico de Londrina que foi construído também, graças a esta colaboração notável, sem qualquer exigência política. Então o que nós vemos aqui no Paraná, não sabemos os demais Estados do Brasil, mas principalmente o nosso Estado, tem uma gratidão muito grande para com os nossos concidadãos da Alemanha, que não têm faltado com aquela ajuda valorosa.

Quanto ao operário, é um direito que assiste ao cidadão, de tentar quem

sabe ganhar a vida na Alemanha. Nós, por exemplo, jamais teríamos coragem de deixar o Brasil, para tentar uma vida melhor talvez pelo nosso sentimento patriótico e também pelo amor àquilo que nós aprendemos a admirar e a amar aqui no nosso Brasil. Porém, há aqueles que sujeitam a tentar na Alemanha um emprêgo numa fábrica, porque a Alemanha quer nos parecer, deve ter um déficit de mais de oitocentos mil operários, então eles são obrigados a buscar operários em outros países. É um direito que todos têm, de fazer a sua independência econômica. Não é fácil, é que o brasileiro que sai hoje do nosso Paraná aonde a cada quatro, cinco quilômetros, ele tem pelo menos uma venda, a cada oito, dez quilômetros, ele tem pelo menos um patrimônio, e quando ele chega no Amazonas, no Pará, no Acre, ele só vê mato, volta às vezes assustado dizendo que lá é um fim de mundo, não é. Alguém tem que se sujeitar ao sacrifício, e quem sabe os pioneiros de hoje, do Amazonas, serão os homens realizados economicamente no futuro. Foi válido e oportuno o pronunciamento de V. Exa. porque V. Exa. resalta assim o alto prestígio e o alto conceito que nós paranaenses temos para com a Alemanha que muito tem ajudado o Paraná. Obrigado.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o aparte do nobre Deputado, ele foi muito oportuno. E V. Exa. disse bem. Eu não procedi a leitura da nota oficial remetida pelo Consulado, porque já é do conhecimento público, do conhecimento da Casa e principalmente de todos os Srs. Deputados que aqui estiveram durante aqueles dias em que a notícia se processou, por isso, eu não fiz a leitura desta nota. Mas V. Exa. ao afirmar que é muito normal, de que alguma pessoa venha falecer, disse bem. Principalmente porque, dos setecentos operários brasileiros que se encontram na Alemanha, até hoje nenhum deles pereceu, faleceu por acidente de trabalho ou fome. Os quatro casos havidos foram por enfermidade. Dois por enfermidades naturais e dois deles, porque se alimentaram e foram banhar-se no Rio, perecendo afogados por uma congestão. Isto poderia ocorrer também no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo.

Quanto ao programa, nobre Deputado, efetivamente, é uma aventura que eles realizam, mas com pleno conhecimento de todos os seus lances, de quanto vão perceber, e onde vão residir, das condições de vida existentes. O contrato já frisei, está de acordo com a Lei brasileira que não permite à Alemanha nenhum contato dentro do País em língua estrangeira a não ser, o contrato "belingue" na língua estrangeira e na língua nacional. E o contrato está aqui em minhas mãos, devidamente traduzido, muito claro, de forma que todo cidadão tem pleno conhecimento das cláusulas, das normas pelas quais se regerão estas viagens e ainda mais, nobre Deputado, este contrato não tem uma eternidade, é temporário, de três anos, durante o qual, o cidadão que recebe a bolsa, permanece durante, digo, dentro das normas contratuais. E também há um outro requisito pela lei brasileira de que todo cidadão que durante os três anos, o contrato é temporário, pelo período expresso de três anos, durante o período em que o elemento estiver realizando seus estudos, ou trabalho na Alemanha ele sofre um desconto de 60 marcos mensalmente, formando um fundo, não só para o pagamento da viagem de retorno mas para qualquer emergência. Além disso ainda o operário que fôr do Brasil para a Alemanha, como dos dois milhões e 200 mil operários que foram para a Alemanha, além desta garantia recebem seguro de vida contraacidentes do trabalho e seguro que denominam de assistência social e que nós chamamos de seguro contra acidentes, para invalidez permanente ou temporária. De modo que as condições oferecidas pelo Governo alemão dentro da legislação alemã como dentro da legislação brasileira existente. É claro que se o Governo brasileiro em face do acontecido, como já a imprensa noticiou hoje estabelecer novas normas para que os operários prestem ou realizem seus estudos, é evidente que os operários que desejarem cumprir o programa irão cumprir mas todos os que lá estiverem

cumprindo, até 1973, e os que de lá voltarem estão plenamente satisfeitos. Tive oportunidade de conversar com diversos, trouxeram recursos financeiros e refizeram suas vidas. Houve um grupo que em Santa Catarina montou uma refinaria, naturalmente dentro de um espírito coopeativista, pois foi capaz de retornar de lá trazendo os produtos do seu trabalho.

Eram estas as minhas palavras, para que o Paraná, que tem sido grandemente beneficiado, não ficasse alheio, não deixasse de manifestar a sua palavra de apoio e simpatia, reconhecendo os grandes benefícios e procurando colocar as coisas nos seus devidos lugares, pois não é possível que as declarações apenas de um elemento com más intenções venha enegrecer o espírito de trabalho dos dois Governos, o Governo Brasileiro e o Governo Alemão que tem uma gratidão especial por este País imenso, por aqueles tantos filhos que aqui morejam, que aqui trabalham para o engrandecimento da Pátria brasileira; e a Alemanha, em retribuição, a esta hospitalidade brasileira vem contribuir para nossas diversas atividades sociais. Muito obrigado pela atenção. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de registrar a presença nesta Casa do Sr. Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavao.

Com a palavra o Sr. Antônio Belinati, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias estive em visita ao Senhor Governador do Estado uma Conitiva de Londrina, encabeçada pelo magnífico Reitor da Universidade de Londrina, médico Arcésio Garcia Lopes. E, no começo desta semana, assistindo a uma sessão da Câmara Municipal de Londrina, o assunto em pauta na oportunidade era a indelicadeza com que o Senhor Governador do Estado recebeu a Comissão de Londrina, chefiada pelo Reitor; inclusive com algumas brincadeiras que vieram a chocar profundamente aquela Comissão de nível universitário, que veio à Capital paranaense com o propósito de convidar o Senhor Governador do Estado, para a instalação oficial da Universidade de Londrina, por sinal a primeira do interior, que foi reconhecida oficialmente pelo Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici.

Não conversamos, queremos aqui confessar, com nenhum dirigente da Universidade; não estamos falando em nome do Reitor, nem de qualquer outro membro que compareceu à audiência com o Sr. Governador do Estado. Mas, no momento, o fato mais comentado em Londrina é a indelicadeza e as brincadeiras de mau gosto com que o Senhor Governador, homem que ocupa um cargo tão importante no Paraná, usou para com a Conitiva de Londrina, querendo antes de mais nada, antes de saber proparamente da instalação da Universidade, se o Reitor estava lhe visitando com o objetivo de lhe trazer a lista sextupla, para a escolha do futuro Reitor da Universidade de Londrina. Mas, o que precisa ser elucidado também, é que o atual Reitor de Londrina, foi nomeado por 4 anos e está no segundo ano de mandato e terá ainda dois anos pela frente; e isto certamente, o Sr. Governador do Estado deve estar sabendo. E queremos, como representante de Londrina, lamentar esta ocorrência, porque sabemos que o Sr. Governador do Estado é homem que veio de Maringá, que autorizou dois hospitais, para a Universidade de Maringá, que ainda não está reconhecida pelo Governo Federal, não seria o caso para os comentários desta tarde... Mas é de se salientar que o Reitor de uma Universidade, da Universidade de Londrina, é homem que ocupa um cargo importante e não veio sozinho, veio acompanhado de outras figuras de grande envergadura.

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)  
Deputado Antonio Belinati. Gostaríamos de apartear-lo antes que V. Exa.

terminasse. Nós, ainda domingo, estivemos em Londrina e tivemos a oportunidade de estar com o professor Nelson Joel Esperandil que é o Secretário da Universidade, na sua residência em frente ao Hospital Evangélico. Na oportunidade, estivemos conversando sobre a Faculdade de Centenário do Sul. E nós tivemos a satisfação de ver, num homem como o Reitor de Londrina, que vem trabalhando pela região do Norte do Paraná e pelo nosso Estado, — nós não estamos querendo assim dizer que as suas palavras não são verdadeiras. Mas, colocamos em dúvida, quanto ao tratamento de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, porque o Secretário, o Professor Esperandil, nós dava uma esperança desse Governo que aí está; que Londrina estava conseguindo a liberação das verbas no Orçamento, que tendo estado com o Secretário da Fazenda disse que a Universidade tem sido muito ajudada; que a Secretaria está procurando, dentro do Orçamento, pagar as suas verbas, sem muito trabalho e sem interferência política, mas com a autorização do Estado. E dizendo que o Governador do Estado, os tinha no Palácio Iguazú, muito bem, recebido.

Estas foram as palavras do Secretário a mim, domingo, em Londrina.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado.

Tenho a impressão de que não estamos aceitando a paternidade de nenhuma acusação, porque confesso a V. Exa. que depois que o atual Governador assumiu a chefia do Governo não estivemos em nenhuma oportunidade no gabinete de S. Exa. Mas, se o fato não é verdadeiro, o Palácio Iguazú, que conta com uma excelente assessoria de imprensa, poderá enviar expediente à Câmara de Londrina, que tem repercussão em toda a região, porque normalmente todos os comentários levados à Tribuna do Legislativo londrinense são publicados na "Fôlha de Londrina", além de serem irradiados por uma emissora que transmite diretamente os trabalhos da Câmara.

Desde que foi levado a uma Câmara Municipal de grande prestígio, como é a de Londrina, caberá à assessoria do Governo desmentir este clima de insatisfação que gerou a notícia de que uma Delegação de Londrina não teria sido tratada com a devida atenção por ocasião de sua visita ao Chefe do Executivo Estadual.

O Sr. Lázaro Dument — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Quero informar a V. Exa. que tive o privilégio de introduzir a Delegação de Londrina junto ao Sr. Governador e acompanhei a audiência. Em primeiro lugar o Sr. Governador disse que sentia a importância que representava a Universidade de Londrina em nosso Estado e disse que a Universidade de Londrina poderia tranquilamente solicitar uma audiência que seria prontamente atendida. E também de que, sobre o problema da lista dos seis que devem ser indicados...

O SR. ANTONIO BELINATI — O Sr. Governador perguntou da lista?

O Sr. Lázaro Dument — Não, absolutamente. Aliás, a Delegação de Londrina disse inicialmente ao Sr. Governador, estas palavras: "Viemos aqui para comunicar oficialmente que a Universidade de Londrina foi reconhecida pelo Governo Federal e gostaríamos que V. Exa. marcasse o dia da implantação oficial da Universidade em Londrina."

O SR. ANTONIO BELINATI — O comentário que chegou em Londrina foi o de que a Comissão teria dito isto ao Governador e em seguida S. Exa. explicou que pensara que teriam vindo a Curitiba trazer a lista sextupla.

O Sr. Lázaro Dument — Em absoluto. Saiu o assunto. O Governador perguntou se seja mudado ou não o Reitor da Universidade de Londrina, com a instalação oficial ou se continuaria. Disse o Governador que não estava por dentro do assunto. Foi exatamente isto. O Sr. Governador não deixou transparecer que estaria com algum nome no colete para pôr na Reitoria de Londrina. Acredito que o que houve foram comentários de pessoas inescrupulosas querendo criar confusão. É mais um que deseja que o Governo do Estado seja desacreditado.



O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado. Acredito na sinceridade de V. Exa. que esteve junto à Comissão e estranho que um homem que ocupa o Governo do Estado não conheça o critério adotado na escolha de Reitor, principalmente quando S. Exa. autorizou grandes obras para a Universidade de Maringá, além de 7, 8 ou 10 milhões de cruzeiros para outras obras de Maringá. Obras merecidas, é verdade e não estamos aqui para criar qualquer bairrismo entre Londrina, e Maringá, entre Curitiba e Maringá, e dizer que o Sr. Governador é o Prefeito de Maringá. Em absoluto. Estamos apenas pretendendo abordar o problema da Universidade de Londrina. Porque, hoje, é fato comentado em todas as rodas, que essa Comissão não teria sido bem recebida. Já que ex. Exa. Deputado Lázaro Dumont estava presente, nós acreditamos.

Mas, por outro lado, em Londrina, já se chegou até a ventilar os possíveis nomes, dentre os quais poderá ser escolhido o Magnífico Reitor da Universidade de Londrina, em substituição ao médico Arcênio Garcia Lopes, e que é homem ligado à ARENA, não tem qualquer vínculo com o Movimento Democrático Brasileiro, nosso Partido, e nós apenas comentamos o fato para que se respeite aquela autoridade, que como bem frisou V. Exa. e o deputado Fuad Nacli vem realizando um grande trabalho, conseguindo ser a primeira Universidade a ser reconhecida pelo Senhor Presidente da República, numa hora que não está muito fácil. Outras Universidades vêm tentando serem reconhecidas e até agora não conseguiram, como Maringá, de cuja cidade o Paraná tem, hoje, o seu Governador. Essa Universidade de Maringá até hoje não foi reconhecida apesar das grandes obras determinadas para ela.

Mas, voltamos a repetir, e esperamos que o Palácio Iguaçu, e temos certeza que a imprensa não negará isso ao seu Governador, faça o esclarecimento, não para o Reitor, nem para o Deputado Lázaro Dumont, porque estes sabem que foram bem recebidos, a eles não cabe nenhum esclarecimento. Mas, para que, em Londrina pare essa onda de boatos. E para que, também, quando vier para cá uma autoridade londrinense dialogar com o Chefe do Poder Executivo, essa autoridade possa ter a certeza que será bem recebida, que terá o diálogo indispensável neste entrosamento entre o Interior e o Palácio do Governo.

O Sr. Lázaro Dumont. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Sinceramente, acho que quem deveria dar esclarecimentos seriam os Diretores da Universidade de Londrina, o Sr. Reitor, que estiveram lá, e foram bem atendidos, e não o Palácio Iguaçu que atendeu como deveria ter atendido.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço a V. Exa.: Mas, acho que seria até um tratamento quase especial que o Sr. Governador estaria dando àquele Reitor, desde que o Governo reconheça a grande obra da Universidade. Seria, quem sabe, como se diz na linguagem popular: "uma colher de chá" que o Palácio Iguaçu estaria dando a um homem que está trabalhando sem qualquer participação na vida política. A atividade daquele homem é mais de caráter administrativa do que política.

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, não tínhamos conhecimento do que o ilustre Deputado de Londrina, Lázaro Dumont, veio nos esclarecer isso. E V. Exa. mais do que ninguém, sabe que existe, em Londrina, um clima de fofocas em relação à Maringá. E queremos dizer, como representante do Vale do Paranapanema, da nossa satisfação em saber que existe, em Londrina, homens do gabarito daqueles que estão dirigindo a sua Universidade. Ninguém melhor do que eles, como diz o nobre Deputado Lázaro Dumont, poderão dizer do seu tratamento junto ao Governo do Estado. Porque, nós tivemos as palavras do professor Esperandio que disse que foi bem tratado.

É o que queremos deixar bem claro, o que queremos é o que V. Exa. quer um Paraná grande, um Paraná maior, e que traga não só para Londrina, mas também para Cornélio Procopio, para Maringá, e toda a região, mais escolas superiores.

É isso que o Paraná deseja. E V. Exa. deveria fazer um apêlo à Câmara de Vereadores de Londrina para que ajudem o Governo a governar, para que parem com essas fofocas que tanto vêm atrapalhar a Administração e o Estado e dão uma imagem irreal do que é o Paraná fora de suas fronteiras.

V. Exa. sabe, perfeitamente, o que está acontecendo com o Canal 11 e outros jornais.

O SR. ANTONIO BELINATI — Ilustre Deputado, o Canal 11 mantém uma posição elogiável, tanto é que a grande audiência daquele Canal é, hoje, notada em todos os Municípios por onde chegam as imagens do Canal 11.

O problema que estamos abordando aqui não é aquele da imprensa subvencionada pelos Governos Estaduais e que somente divulga aquilo que é de interesse de determinados governantes. Portanto, não estamos abordando aqui hoje o problema da imprensa. Não sabemos se divulgou...

O Sr. Fuad Nacli — Sabemos perfeitamente que V. Exa. ocupou o Canal 11 e até uma rádio de Londrina para desprezar até o povo do Município que deu ao nobre Deputado votação expressiva, falando contra a Universidade de Londrina. Esta Universidade vai trazer um grande benefício aqueles que têm que cursar a Faculdade no Estado de São Paulo.

Queremos deixar bem claro, que não podemos aceitar as afirmativas maliciosas de V. Exa., pois muitas vezes ocupa essa Tribuna, no Pequeno Expediente, para distorcer a verdade. Acreditamos mais no Professor Sperandio do que nas palavras de V. Exa. Uma coisa que não admitimos e nem podemos aceitar é a sua afirmação, dizendo que o Governo do Estado tivesse brincado com essa Comissão, que é uma Comissão de grandes méritos.

O SR. ANTONIO BELINATI — Se V. Exa. acredita ou não em minhas palavras pouco interessa. Não estamos aqui para falar a um Deputado da ARENA, estamos aqui tratando em termos de Paraná, com a satisfação de quem teve de seus eleitores uma votação de 20 a 25 mil votos; portanto é a eles que devemos uma satisfação.

Sabemos perfeitamente que V. Exa. tem lutado por uma Universidade em Centenário do Sul, muito louvável o seu trabalho. O que aqui trouxemos foi a reprodução daquilo que este Deputado, ao lado do Deputado Olivir Gaudard, pôde observar na sessão da última segunda-feira da Câmara Municipal, levada ao ar por uma estação de rádio e publicada na "Folha de Londrina" na terça-feira.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente gostaria de dizer ao Deputado Fuad Nacli que quando se referisse a Londrina e ao seu povo o fizesse em termos mais elevados.

Saiba V. Exa. que em Londrina não existe "fofoca" alguma em relação a Maringá. Ou V. Exa. não conhece Londrina ou está maliciosamente e de forma baixa e rasteira querendo menosprezar o povo que aqui representamos. Respeitamos V. Exa. e exigimos o seu respeito, não em relação à nossa pessoa, mas em relação ao povo de Londrina. Em momento algum aceitamos expressões desta natureza atingindo a população de Londrina.

Outra coisa que temos a dizer é que não estivemos no Palácio Iguaçu acompanhando membros da Universidade de Londrina. Não sabemos se foram bem ou mal tratados. O que sabemos é que Londrina está sendo desrespeitada no atual Governo, no que se refere ao Ensino Superior. O que o nobre deputado Antônio Belinati trouxe ao conhecimento da Casa neste instante é a pura expressão da verdade.

Conversamos com líderes universitários em Londrina, e todos eles estavam revoltados com a atitude do Governo do Estado; aqui não me refiro a

Governador ou a Secretário, refiro-me a Governo do Estado; não me dirijo individualmente a ninguém, o que me interessa é a atuação da Administração Pública em relação a uma causa importante que é a causa do ensino. O desrespeito que se verificou, não foi em relação a homens de Londrina representando uma Universidade, foi em relação a uma população, e sobretudo em relação a educação de uma região que procura caminhar a passos largos para a sua consolidação cultural. Não poderíamos admitir de forma alguma, que se fizesse o que se fez em Londrina, na Universidade, este ano, quando o Vice-Reitor da Universidade é obrigado a lecionar em 1.ª série do curso ginasial, numa medida que já focalizamos nesta Casa como anti-pedagógica, anti-didática e anti-social. Já dissemos também nesta Casa, que o Governo do Estado baixou para menos da metade o orçamento da Universidade de Londrina, e está pressionando o Sr. Reitor para renunciar ao cargo que ocupa, única e exclusivamente por motivos políticos. E nós não podemos admitir calados, nesta Casa, como representantes de Londrina, que a educação seja comprometida em razão de apetites políticos, em razão de adversidades, porque entendemos deva-se colocar a causa pública acima das facções, acima das dissidências partidárias, e sobretudo no campo da Educação o campo de grande importância para a consolidação de um Estado.

E, nobre Deputado Fuaclli-se V. Exa. deseja saber eu lhe informo, a população de Londrina inclusive desconhece o que pretende o Governo do Estado fazer em benefício da cidade de Maringá, receberá o aplauso de Londrina e da sua população, mas de forma alguma a população de Londrina poderá aplaudir quem a desrespeite da forma como vem fazendo.

Muito obrigado, nobre Deputado Antônio Belinati, e os meus cumprimentos por trazer assunto de tal natureza a esta Casa, no dia de hoje.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Eu agradeço, ilustre Deputado Álvaro Dias, que é um professor, mantém contacto permanente com professores que integram inclusive o campo universitário de Londrina, e traduz aqui aquilo que ele tem constatado pessoalmente.

Eu cederei aparte ao ilustre Deputado Lázaro Dumont, se ele assim o desejar.

O Sr. Lázaro Dumont — Nobre Deputado, eu gostaria de informar ao nobre colega Deputado Álvaro Dias, que ele precipitou-se em suas palavras, e que ele levou para um campo paralelo, para um outro setor, aquilo que V. Exa. está dizendo.

V. Exa. veio à Tribuna para dizer que ouviu dizer...

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Ouvi pessoalmente, na Câmara Municipal, ou que é uma Câmara que merece o nosso respeito, eis que o gabarito da Câmara Municipal de Londrina é tão elevado quanto da própria Assembléia Legislativa.

O Sr. Lázaro Dumont. — Exatamente!

Mas ouviu dizer! Não foram os membros da delegação que estiveram em Palácio, que disseram a V. Exa. Pelo menos foi o que V. Exa. acabou de dizer, da Tribuna.

Eu defendo o Sr. Governador, porque não houve desrespeito à delegação. Se tivesse havido, eu, como introdutor da delegação, teria sido o atingido.

As únicas palavras ditas por mim à delegação, foram de que fôssemos rápidos na entrevista, porque havia lá fora um grande número de Deputados, à espera para conversar com o Sr. Governador; além do que havia uma outra delegação da Faculdade de Filosofia de Mandaguari, na ante-sala, também desejosa de conversar com o Sr. Governador. Foi eu quem disse que o nosso tempo era realmente escasso, e que nós não deveríamos tomar muito tempo do Sr. Governador.

Eles disseram, apenas, ao Sr. Governador: — Viemos aqui para comunicar oficialmente a V. Exa. — se houvesse necessidade — do reconhecimento do Governo Federal, da Universidade de Londrina, e pedir a V. Exa.

que marque uma data para ir a Londrina, fazer lá a instalação oficial da Universidade. E foi então que surgiu o assunto da lista, mas o sr. Governador não disse, não deixou transparecer que ele já teria a pessoa indicada.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — V. Exa. poderia garantir, como representante de Londrina e homem do governo, que o atual Reitor da Universidade não será demitido, Excelência?

O Sr. Lázaro Dumont — Em absoluto. Isto nem o Secretário de Educação, que é o mais ligado ao Governador neste campo, pode tomar uma posição desta.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Não, porque V. Exa. é o representante oficial de Londrina e no caso em que viesse a acontecer esta demissão, V. Exa., como Deputado que detém o comando político de Londrina, poderia também fazer prevalecer o direito de reivindicar, quem sabe, a permanência daquele Reitor. Para isto existem os comandos políticos, existem os homens que apoiam o Governo, e aqueles que não apoiam. No nosso caso, não viemos reivindicar nada, porque não temos nenhum vínculo com o atual Governo do Estado, a não ser aquilo que a bancada do MDB tem feito apoiar, da por dois, três ou quatro Deputados da ARENA, que é apoiar os Projetos Administrativos, aqueles Projetos que visam a construção de obras no Paraná; aí nós damos o apoio e fazemos restrições na área política. Mas V. Exa. pode concluir.

O Sr. Lázaro Dumont — Quer dizer que nós também, aonde há interesse próprio, V. Exa. há de reconhecer que deve haver um mando político.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Interesse administrativos, nós apoiamos todos, Excelência, frizamos bem V. Exa. poderá verificar que o MDB, em momento algum, votou contra qualquer projeto do atual Governo; inclusive aqueles do empréstimo de 800 milhões; o MDB aprovou o pedido do Sr. Governador. Então, no campo Administrativo, nós temos dado o apoio necessário e fazemos as nossas restrições na parte em que haja a ingerência política.

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Eu gostaria de deixar registrado nos anais da Casa, que sempre respeitamos não só Londrina como todo o Paraná e, principalmente as cidades que conhecemos na nossa chegada ao Paraná, quando viemos de São Paulo; sempre tive respeito e admiração pelo Professor Alvaro Dias, Deputado desta Casa, e jamais faltamos com a nossa consideração para com a cidade de Londrina. Ele mesmo esteve comigo em Londrina ainda no domingo, e nós estivemos em Londrina de passagem, pernoitamos em Londrina. Queremos deixar aqui que iremos amanhã a Londrina, se Deus quiser, procurar as pessoas que estiveram no Palácio e vieram trazer a esta Tribuna as suas palavras. Nós não aceitamos nem da ARENA nem do MDB, aquilo que se diz da Educação e do Ensino, porque consideramos uma das coisas mais sublimes da vida, uma vez que temos pela Universidade uma grande consideração sendo para nós e para nossa região uma grande tranquilidade, principalmente quando, ainda há pouco tempo, na sua orientação para a ajuda da criação da Faculdade de Agronomia de Bandeirantes, nós nunca poderemos esquecer de Londrina e do povo de Londrina.

E isto queremos dizer ao Deputado Alvaro Dias, que se nos disseram em "iofoca", ele sabe perfeitamente que ele fazia parte, junto às pessoas que lá estiveram, quando alguém disse — "hoje Maringá tem um Prefeito e um Governo" e nos dizemos que o Paraná todo tem um Prefeito, e um governo, um grande Governo, que é o de Haroldo Leon Peres.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Existe mais de um Prefeito, nobre Deputado.

O Sr. Fuad Nacli — Existe mais de um Prefeito; em toda cidade existe um Prefeito, e junto ao Prefeito há um grande Governo; um Governo honesto que leva a todo o Paraná a sua ajuda, indistintamente, dando a todos os Mu.

nicipios, desde o vale do Piquiri até o Vale do Paranapanema e às costas do Iguacu. E nós queremos dizer aqui, que voltamos a esta Tribuna para dizer ao Deputado representante de Londrina, Alvaro Dias, que fazemos questão de, juntos, estarmos em Londrina. Porque se na realidade houve esta lista iremos à Tribuna criticar o Sr. Governador, porque isso não acredito. Não sou homem de bajular ninguém, mas acredito nos homens de bem do Paraná. E quero dizer ao Deputado Lázaro Dumont, que se S. Exa. estiver em Londrina, ficarei satisfeito; se não, gostaria de invocar alguém para esta reunião em Londrina, a fim de pôr um paradeiro, de uma vez por todas, àquelas críticas que vêm somente destruir o nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Mas seria interessante V. Exa. solicitar uma certidão da ata dos trabalhos da Câmara Municipal, trazer aqui, e depois usar a Tribuna e pedir, quem sabe, o envio de esclarecimento para a Câmara, porque o trabalho é transmitido, tem audiência enorme, o jornal dá divulgação. Podíamos fazer um esclarecimento mais oficial.

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Jamais colocamos em dúvida a palavra dos representantes daquela Casa de leis de Londrina. Apenas uma palavra mal posta, mal dita ou mal orientada, pode criar problemas como o que está sendo criado. Acredito no Reitor da Universidade de Londrina, bem como no Deputado Lázaro Dumont, e é por isso que vamos falar com o Sr. Reitor.

O SR. ANTONIO BELINATI — A palavra não foi mal colocada; é que houve um debate na Câmara Municipal de Londrina. Quanto ao elogio que V. Exa. fez ao atual Governo do Paraná, nós fazemos votos de que daqui há quatro anos, ao final desta legislatura, V. Exa. possa ocupar esta Tribuna para usar destes mesmos elogios que teceu na tarde de hoje ao Sr. Governador Haroldo Leon Peres.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, para felicitar o Deputado por haver se corrigido da atitude anterior, atitude infeliz. Realmente, se não quis desrespeitar a população de Londrina, taxando-a de fofoqueira, foi infeliz em suas declarações. Em segundo lugar porque houve descontentamento da comissão de Londrina que compareceu ao Palácio Iguacu; é uma verdade indesmentível. Se ela será ocultada ou será confirmada, temos as nossas dúvidas, e entendemos inclusive que se omitirá no esclarecimento da realidade, porque conhecemos o Governo do Estado atual, em virtude das suas atitudes, desde o início até o presente momento e, em terceiro lugar, de entendermos desnecessária esta atitude procurando se esclarecer se houve uma recepção respeitosa ou de desrespeito, isto nada mais interessa, e nada acrescenta de útil e de objetivo à Universidade de Londrina. O que nos interessa agora são as futuras atitudes do Governo do Estado, os futuros atos do Governador do Estado em relação a Londrina. O que nos interessa são as posições a serem tomadas doravante pelo Governador do Estado. O que passou não mais nos interessa, embora trouxesse descontentamento e constrangimento. Apenas fica como um exemplo desagradável, como uma atitude indigna de um Governo em relação a uma cidade que muito tem dado a este Estado, a uma população que, com o seu trabalho extraordinário, tem contribuído para a grandeza, o agigantamento e o robustecimento deste Estado, e fazemos um apêlo neste instante; de nada adiantará remexermos as cinzas; de nada adiantará rebuscar as atitudes interiores, lamentáveis, é bem verdade, mas que devem permanecer no esquecimento. Que se esqueça o que houve, que se procure dar a Londrina o respeito que Londrina merece, não só merece, que Londrina exige. Temos certeza, nobre Deputado Fuad Nacli, que V. Exa. prestar um serviço muito maior à educação deste Estado se procurar, junto ao Sr. Governador do Estado, conscientizá-lo para a importância da Universidade de Londrina; despertá-lo para uma realidade, a de que em educa-

ção não devem prevalecer interesses políticos e sim os interesses dos reais objetivos da educação.

Nobre Deputado Antônio Belinati, creio que será encerrado esse lamentável episódio e, temos certeza ele não se repetirá no futuro.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, ilustre colega, Deputado Alvaro Dias, pelo seu apôio, pela sua luta em favor de Londrina. E na conclusão das nossas palavras, o ilustre Deputado Fuad Nacli fez referências à nossa participação nos programas do canal 11. Até hoje, nós participamos apenas de um programa, como convidado especial do canal 11. Já participamos de programas de alguns canais de Curitiba, mas devemos salientar que todas as nossas participações foram de caráter gratuito. Nada recebemos e nada pagamos, porque somos pobres e não teríamos condições de pagar um canal de televisão para que pudéssemos, quem sabe, diariamente, apresentar um retrospecto das nossas atividades.

Dispomos de um programa de rádio em Londrina, onde temos um subsídio legal; mas também onde não pagamos um vintém para ali levar a nossa palavra e prestarmos contas dos nossos trabalhos aqui na Assembléia.

Deveremos ter, a partir da próxima semana, um outro modesto programa também em Curitiba, onde nada pagaremos; pelo contrário, onde seremos contratados para um programa informativo, porque a nossa profissão é o rádio. Somos Radialistas. Porque tivemos a nossa eleição efetivada graças ao valor do rádio. Hoje somos Deputados mas não pretendemos de forma nenhuma abandonar aquele veículo, que é a nossa origem, que é a nossa arma de trabalho.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Lamento, profundamente, Deputado Lázaro Dumont, mas parece que o Presidente havia avisado que a hora está esgotada. Lamento profundamente.

Sr. Presidente, srs. Deputados, eram as palavras que tínhamos para dizer. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 158-70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Universidade Estadual de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 233-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de conservação do Posto de Puericultura, o terreno que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 17-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 73-71 — aprova a Resolução n.º 6-71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que alterou o Convênio pelo qual foi criado o Sistema CODESUL-BRDE. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 184-71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, a Arquiconfraria das Mães Cristãs, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 14-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, revoga a Resolução n. 3 de 22 de janeiro de 1963. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 201-70, de autoria do Dep. João Mansur, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, as Estradas São Mateus-Rebouças e Fluiópolis — Rio Claro do Sul — Malet. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 201-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.o — Ficam transferidas à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria através do 11.o Distrito Rodoviário, as estradas São Mateus Rebouças e Fluiópolis — Rio Claro do Sul — Malet.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970.

a) Dep. João Mansur

#### J U S T I F I C A T I V A :

Dotar as estradas supra citadas de uma melhor condição de tráfego, é medida que se impõe, eis que as mesmas servem uma região agrícola com alta produção.

Tratando-se, no mais das vezes, de produtos agrícolas altamente perecíveis, o seu rápido escoamento se torna necessário, razão da melhoria das estradas, objeto do presente plano de lei.

A medida que ora propomos à consideração desta Assembléia se coaduna, sem dúvida alguma, com a política rodoviária do atual Governo, que em boa hora procura dotar o Estado de um sistema rodoviário à altura de suas necessidades.

Por tais razões apresentamos o presente projeto, esperando que nossos Pares lhe deem o indispensável apoio e final acatamento

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 201-70

Autor: Dep. João Mansur

Súmula: Transfere ao D.E.R., para fins de conservação, trechos de estradas.

#### P A R E C E R

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado João Mansur, objetiva a transferência para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria as estradas que ligam São Mateus a Rebouças, e Fluiópolis a Rio Claro do Sul e a Malet.

Do ponto de vista constitucional e legal, nada vemos que obste o acolhimento do presente plano de lei.

Pela aprovação é o parecer, sub censura

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1971.

aa) WILSON BRANDÃO — Presidente

ODILON REINHARDT — Relator

CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

ACYR JOSÉ

MUGGIATI FILHO

SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**PARECER**

Ao Projeto de Lei n.º 201-70

I — O projeto de Lei em apêço, apresentado pelo nobre Deputado João Mansur, está perfeitamente justificado, não havendo qualquer impedimento legal.

II — Pelos motivos expostos, somos de Parecer rFavorável, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) **LAZARO DUMONT** — Presidente  
**GILBERTO CARVALHO** — Relator  
**BORSARI NETTO**  
**ANTONIO MACIEL**  
**HELIO MANFRINATO**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

PARECER Ao Projeto de Lei n. 201-70

1 — A Proposição supra referida foi devidamente examinada pelas douts Comissões de Constituição e Justiça e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

2 — Quanto a questão de mérito que a esta Comissão cabe examinar, entendemos que o Projeto não sogle qualquer restrição, estando o mesmo em perfeita consonância com a atual política rodoviária posta em prática pelo Poder Executivo.

3 — Em face de tais razões, somos pela sua aprovação.

S. M. J., é o parecer

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1971.

aa) **LEOPOLDO JACOMEL** — Presidente  
**FUAD NACLI** — Relator  
**SANTOS LIMA**  
**OVIDIO LIMA**

**O SR. PRESIDENTE** — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de ser enviado um carro do destacamento do Corpo de Bombeiros para prestar serviço, em caráter permanente, na cidade de Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido da extensão da rede de energia elétrica a Distritos do Município de Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Diretor Superintendente da Companhia Força e Luz do Paraná, no sentido de extensão da rede de energia elétrica, no Município de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo à Direção do Banco do Estado do Paraná, no sentido de instalação de uma Agência do referido estabelecimento, no Município de São João do Triunfo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja dirigido ao Sr. Diretor do DETRAN os mais efusivos cumprimentos pela publicação da revista "Teste". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Direção e Conselho de Curadores da Fundação Educacional de Mandaguari e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela cidade, pela inauguração, no dia 16 do corrente, da sua sede própria. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, lido da Tribuna, solicitando transcrição na Ata dos trabalhos de hoje, da nota oficial emitida pelo Consulado Geral da Alemanha. — Aprovado. (O artigo a ser transcrito, acha-se contido no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido da construção de 10 (dez) salas de aulas no Colégio Estadual de Umuarama. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 27, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs.: 239-70, 269-70, 16-71, 37-71 e 77-71;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 184-71 e de Resolução n.º 14-71;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201-70;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143-71.

Levanta-se a sessão.

**MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NA ATA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IGO LOSSO, NA SESSÃO DE 26 DE OUTUBRO DE 1971**

Em razão de uma série de publicações com relação às pretensas péssimas condições de trabalho oferecidas a jovens trabalhadores brasileiros na Alemanha, em diversos jornais de todo o país, o Consulado Geral da Alemanha, com jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catarina, áreas de grande parte do recrutamento, faz a seguinte declaração:

Na República Federal da Alemanha, há aproximadamente agora, 2,2 milhões de trabalhadores estrangeiros, entre eles, uma quantidade mínima de brasileiros de descendência alemã, de Santa Catarina. A primeira organização alemã que demonstrou interesse pelo recrutamento de brasileiros, em 1964, foi a Pegulan-Werke A.G., em Frankenthal/Pfalz.

Na época, deu prioridade aos brasileiros por diversas razões, principalmente motivada pelos relativos conhecimentos da língua alemã por parte dos recrutados. Isso, de princípio, facilitaria sobremaneira o entrosamento com o ambiente de vida na Alemanha; por outro lado, as rigorosas disposições sobre prevenção contra acidentes de trabalho exigem o mínimo de conhecimento da língua alemã por parte dos trabalhadores.

Após esta experiência, precisaram passar seis anos, para que, em 1970, outras empresas alemãs, baseadas no bom êxito da Pegulan-Werke A.G., voltassem a demonstrar interesse pelo recrutamento de brasileiros. Eles haviam demonstrado serem capazes de bons serviços, e sua adaptabilidade, também foi posta fora de dúvida.

Desde 1.º de janeiro de 1970 até agora, o Consulado Geral expediu 730 autorizações de permanência temporária, mas somente fornecidas, desde que toda a documentação exigida pelas autoridades brasileiras, também estivesse em dia. No caso de menores de 21 anos, era igualmente exigida a autorização expressa dos pais. De acordo com os dados que temos em mãos, há, entre esses trabalhadores, também 38 paranaenses.

No mesmo espaço, entre 70/71, também foram dissolvidos 36 acordos de trabalho. Na maioria dos casos, a dissolução ocorreu pelo desinteresse dos operários, que se negavam a exercer suas atividades. Em certos casos, a dissolução ocorria amigavelmente, e os brasileiros obtinham trabalhos em outras empresas.

A dissolução de 36 contratos de trabalho registra um percentual da ordem de 5% um percentual, que, o Consulado Geral, considera mínimo. Nem todos os 36 voltaram ao Brasil, o que significa que o vínculo empregatício, mencionado em certas publicações, não se aplica com rigor.

O Governo da República Federal, não permite, em princípio, a contratação de mão de obra não especializada. Apenas foi feita uma exceção com relação aos brasileiros, em vista de seus conhecimentos da língua alemã, que constitui uma condição sine qua non. Mas também é exigido que o percentual de brasileiros seja pequeno, o que vem sendo o caso, até o momento. Em todos os contratos, ficou claramente estabelecido que os trabalhadores brasileiros eram engajados para atividades braçais. Portanto, também é claro que eles só podem desenvolver atividades dentro de seus conhecimentos profissionais.

Uma pequena parte entre eles, entretanto, após curto período, conseguiu obter postos de maior responsabilidade. Sempre iguais, todavia, a trabalhadores alemães, ocupando posições idênticas.

O Direito Trabalhista alemão, conhecido como um dos mais aperfeiçoados e desenvolvidos no mundo, e nossa Constituição, garantem a todos na Alemanha, se alemães ou estrangeiros, os mesmos direitos.

É sabido que o ritmo de trabalho na República Federal é bastante intenso, um caso aliás, que se verifica em todas grandes indústrias, de qualquer país. A moderna técnica, exige do indivíduo, duros sacrifícios; o que pode ser encarado, de princípio, como desumano ou escravidão. Mas, pensando assim, trabalhadores das nações democráticas e socialistas devem ser encarados como escravos. O nível salarial bruto de grande parte dos trabalhadores brasileiros na Alemanha está em média, entre DM 1.000,00 — Cr\$ 1.650,00 e DM 1.500,00 — Cr\$ 2.475,00. Em vista do alto nível dos impostos e contribuições sociais alemães, essas importâncias sofrem um decréscimo da ordem de mais ou menos 30%. Dessa forma, os valores líquidos, salariais, são variáveis entre DM 700,00 — Cr\$ 1.155,00 e DM 1.050,00 — Cr\$ 1.730,00. Existem salários maiores ou menores, comparados aos citados, mas, é perfeitamente, exclusiva a hipótese de que alguém somente perceba um salário mínimo brasileiro.

Na Alemanha também todo estrangeiro, em caso de necessidade, tem direito à assistência social, que, para solteiros, não pode ser menor que DM 300,00 — Cr\$ 500,00 mensais.

O trabalho semanal regular, na República Federal, é de 40 horas. Para quaisquer horas extra ou serviços na faixa noturna, há um acréscimo salarial. Os maiores níveis salariais citados anteriormente, incluem evidentemente grande parte de horas extras.

Os trabalhadores brasileiros, residem, normalmente, em residências das indústrias onde desenvolvem suas atividades, em grupos de 4 a 6 pessoas, pagando alugueis, abaixo dos da faixa normalmente pagos na Alemanha. Deve-se esclarecer, que os alugueis no país, são relativamente altos. Todas as refeições, também podem ser tomadas nas cantinas e restaurantes dos grupos industriais.

Em Frankfurt, havia inclusive, sido criado um Clube Brasileiro-Germânico, vinculado à Cruz Vermelha Alemã e responsável pela regular realização de excursões dos brasileiros, como, a título de exemplo, a Paris e à Itália. Praticamente também todas as grandes empresas, oferecem cursos de aperfeiçoamento técnico e linguístico.

Dos 700 brasileiros, lastimavelmente 4 faleceram. Lamento profundamente essas perdas e externo meus sinceros pesames às famílias atingidas, mas vejo, nisto, nada de misterioso. Temos o caso de Quilhano Arnold, acometido de uma síncope quando caminhava na rua e sofreu comoção cerebral. Hos-

pitalizado, depois de determinado tempo, contrariando ordens médicas; voltou para casa. Sofreu outra síncope ao subir as escadas, caindo, e fraturando o crânio. A lesão foi mortal. Dois outros, Francisco Schmitt e Romeu Arnemann, nadando no rio Reno, logo após o almoço, morreram afogados, vítimas de uma congestão. Rolf Holler, o quarto caso, parece ter morrido devido a uma pneumonia dupla.

Nenhum desses falecimentos foi originado por acidentes de trabalho, aliás, muito raros na Alemanha.

Ainda quero esclarecer, contrariando certas publicações, que as empresas alemãs não possuem, absolutamente, forças policiais próprias; o controle interno dos trabalhos, está confiado ao pessoal de segurança, a exemplo do que também acontece nas indústrias do Brasil. Que, em nenhum caso, possui direitos de polícia.

Com relação às despesas de viagem, quero acrescentar que são cobertas totalmente pelas empresas se o trabalhador brasileiro cumprir seu contrato no prazo regulamentar de três anos.

A pedido especial das autoridades brasileiras, foi incluída cláusula nos contratos onde, o empregador, mensalmente, é obrigado a reter 60, — DM dos vencimentos, dinheiro este, que será usado para o financiamento da viagem de regresso, em caso de rescisão antecipada do vínculo de serviços. Mas, permanecendo na Alemanha durante o período regulamentar, a importância retida, automaticamente lhe é paga, integralmente.

x x x

Não há nada a ver com o recrutamento de trabalhadores, o descrito por Darcilo Hubert de Florianópolis. Darcilo, foi participante de um programa de aperfeiçoamento para jovens agricultores brasileiros, desenvolvido conjuntamente, durante diversos anos pela Comissão de Promoção Rural, em Porto Alegre, órgão formado pela Legião Evangélica do Rio Grande do Sul e a Sociedade União Popular (católica). A Comissão de Promoção Rural coopera com a Fundação Alemã para Países em Desenvolvimento, com sede em Berlim.

Com base nesse programa, aproximadamente 280 brasileiros já foram enviados à Alemanha, dos quais, o quarto grupo, do qual participava Darcilo, ainda permanece em território alemão. Trata-se de um autêntico programa de aperfeiçoamento e formação, ao qual são convocados exclusivamente jovens agricultores que se obrigam, ao voltarem ao Brasil, a continuar desempenhando suas atividades na lavoura, colaborando também com os organismos oficiais agrícolas brasileiros.

O programa goza da participação das Secretarias de Agricultura dos três Estados sulinos, e, a título de exemplo, o terceiro grupo, na sua volta em 26 de maio de 1971, foi recebido por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, no Palácio Iguazu. Muitos dos ex-participantes, estão trabalhando, agora, em cargos de responsabilidade em diversos organismos paranaenses e catarinenses.

Por se tratar de um curso de aperfeiçoamento, os participantes não obtêm salários, mas apenas uma mesada de 150 Marcos. Particularidades do programa se desprendem de informação anexa.

Darcilo não foi um verdadeiro agricultor. Pediu para interromper seu estágio, porque, considerando sua capacitação intelectual, não esperava um aproveitamento integral para sua permanência na Alemanha. Expôs seus motivos, em carta anexa, traduzida. Suas declarações recentes, são, em razão disso, mera fantasia. E não se pode tomar a sério a sua afirmação de ter passado fome em uma propriedade agrícola.

Detalhes da execução do programa, podem ser fornecidos aos senhores, pelos jovens da Colônia Witmarsum.

**Tradução:**

**Fundação Alemã para Países em Desenvolvimento**  
**— Departamento Central Agricultura —**

**FOLHETO INFORMATIVO SOBRE "CONDIÇÕES GERAIS"**

A partir de novembro de 1970 a Fundação Alemã para Países em Desenvolvimento — Departamento Central Agricultura — realiza o quarto programa de aperfeiçoamento para jovens agricultores brasileiros. O objetivo do programa é a formação dos jovens para técnicos agrícolas, por meio de trabalho prático em propriedades particulares selecionadas e estudo teórico em institutos de ensino agrícola especializado na Alemanha. O aperfeiçoamento prático e escolar será concluído mediante prestação de exames, após os quais os candidatos recebem os diplomas. Durante o tempo de aperfeiçoamento na Alemanha os participantes serão hospedados e tratados como membros das famílias alemãs onde trabalham.

Durante o tempo de aperfeiçoamento é exigido do praticante colaboração ativa em todos os trabalhos práticos que ocorrerem em empresas agrícolas (estábulo, campos, etc.) A colaboração prática é indispensável para a frequência do instituto de ensino especializado e, pois, parte integrante do programa de aperfeiçoamento.

Além de hospedagem e manutenção gratuita, recebem os participantes uma mesada de DM 150,— (atualmente Cr\$ 250,00). São segurados ainda contra doença e acidente.

Os custos de viagem (partida de Santos e retorno para Santos de navio) vão a cargo do Governo da República Federal da Alemanha.

Podem candidatar-se: filhos de agricultores brasileiros, solteiros, física e psicologicamente sãos, de idoneidade moral, idade: entre 20 a 23 anos, não superior a 25 anos.

Outras exigências são: conhecimentos do idioma alemão, passivelmente também na escrita, frequência escolar satisfatória, dedicação ao estudo, e a disposição de corresponder às exigências quanto à disciplina, aplicação e resistência.

Os participantes, de preferência, já devem ter colaborado ativamente em trabalhos de organizações juvenis agrícolas no Brasil (po exemplo Clubes 4S etc.), comprometendo-se a continuar a colaborar ativamente nos mesmos após retorno ao Brasil.

Se por razões disciplinares ou inaptidão for necessário o retorno antecipado, o Governo Alemão reserva-se o direito de exigir a restituição de todas as despesas havidas.

**FUNDAÇÃO ALEMÃ PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**  
**Departamento Central Agricultura**

**4.º Programa de Aperfeiçoamento Bras. S VI — 1970**

29.10.1970 — Embarque em Santos. Partida para a Alemanha

28.10 — 11.11.1970 — Seminário de Introdução a bordo durante a viagem

12.11.1970 — Chegada na Alemanha

13.11. — 14.12.1970 — Curso da língua alemã com ministração de conhecimentos básicos no setor da agricultura e agrotécnica; exame médico oficial e distribuição de roupas aos participantes do programa

15.12.1970 — Encaminhamento às empresas agrícolas e início do estágio prático (1.º ciclo de vegetação agrícola)

Janeiro de 1971 até outubro de 1971 — Frequência da Escola Profissional de Agricultura

Fevereiro 1971 — Curso da DEULA (Sociedade Agrícola Alemã — Curso de manutenção e conserto de maquinaria agrícola) com duração de 4 semanas e obtenção da carteira de habilitação classe IV, ao mesmo tempo ensino de alemão

Junho 1971 — Curso de manutenção de gado, com duração de 14 dias, sendo acompanhado por curso de alemão

Viagens de informação e seminários de fim-de-semana.

Inverno 1971/1972 — Frequentação da 1.ª série da Escola de Agricultura (incluindo curso adicional da DEULA como parte integrante do aperfeiçoamento profissional)

Primavera 1972 — Continuação do estágio prático (2.º ciclo de vegetação agrícola)

Viagens de informação e seminários de fim-de-semana

Primavera — Outono 1972 — Prestação do exame técnico agrícola

Verão 1972 — Curso especial

Inverno 1972/1973 — Frequentação da série final da Escola de Agricultura

Março/Abril 1973 — Seminário final com duração de 4 semanas com concentração especial no setor do cooperativismo

Abril 1973 — Viagem de retorno ao Brasil

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### 2.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### Ata da 10.ª Reunião Extraordinária

As quinze horas e cinquenta minutos, do dia treze do mês de outubro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados Igo Losso, Acyr José, Arthur de Souza, Emilio Carazzai, Gilberto Carvalho, Cândido Manuel, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo, e, ainda, o Serviço de Taquigrafia que funcionou conforme deliberação da Reunião anterior. O Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, fez uso da palavra a fim de esclarecer o motivo desta Convocação Extraordinária, que foi a experiência negativa das reuniões matutinas. Deu ciência da presença das Senhoras taquígrafas, relevando os seus serviços. O Senhor Presidente solicita a leitura da Ata da Reunião Anterior e do Termo de Ata da 22.ª reunião que não se realizou. O Senhor Deputado Acyr José pede dispensa da leitura. Deferido: Passou-se a Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 271, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Da nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 5.410, de 20.10.66. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável com substitutivo. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 94-71, de autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal no Município de Lobato. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: Favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 114-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: Favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 131-71, de autoria do Senhor Deputado Aguiñaldo Pereira Lima. Autoriza o Poder Executivo criar a Escola Normal Colegial do Município de Conselheiro Mairink para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: Favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 134-71, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no lugar denominado Vila Casone, na Zona Nordeste da cidade de Londrina. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer: Contrário. Rejeitado, por cinco votos contra um. Designado novo Relator. 6) — PROJETO DE LEI N.º 150-71, de autoria do Senhor Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo celebrar, através do DER, convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, para construção de uma ponte sobre o rio Pirapó, di-

visa entre os referidos Municípios. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: Favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 151-71**, de autoria do Senhor Deputado Quiêse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a Sede do Município de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: Favorável. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 152-71**, de autoria do Senhor Deputado Quiêse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: Favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 153-71**, de autoria do Senhor Deputado Quiêse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, proceder estudos, execução de novo traçado e asfaltamento da Rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 154-71**, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Autoriza o Poder Executivo transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual Colégio Comercial Municipal Arthur Thomaz, do Município de Terra Boa, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Rejeitado por cinco votos contra um. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 155-71**, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Declara de utilidade pública o Serviço de Ocas Sociais de Serтанópolis. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º 159-71**, de autoria do Senhor Deputado Domicílio Scaramena. Autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de São Cristóvão, Município de União da Vitória, um Curso Ginásial para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Rejeitado por cinco votos contra um. Designado novo Relator. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 160-71**, de autoria dos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Ovídio Franzoni. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DEMA, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Nova Esperança a Chanorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japura e São Tome. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 161-71**, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Agricultura, construir uma Escola Agrícola no Município de Palmital, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: favorável, com substitutivo. Aprovado. 15) — **PROJETO DE LEI N.º 162-71**, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Rejeitado por cinco votos contra um. Designado novo relator de acordo com o vencido. 16) — **PROJETO DE LEI N.º 166-71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Cria na sede do Município de Doutor Camargo um Ginásio de Comércio para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: favorável com substitutivo anexo. Aprovado. 17) — **PROJETO DE LEI N.º 167-71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio em Jardim Alvorada, cidade de Maringá. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: Favorável. Aprovado. 18) — **PROJETO DE LEI N.º 168-71**, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro. Relator Deputado Acyr José. Parecer: Favorável. Aprovado. 19) — **PROJETO DE LEI N.º 171-71**, de autoria do Senhor Deputado Rosário Pjtelli. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), da cidade de Santa Mariana. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: Favorável. Aprovado. 20) — **PROJETO DE LEI N.º 174-71**, de autoria do Senhor Deputado Ivo

Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Vitorino, um motor e um trator conforme especifica, pertencentes ao DATM. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 21) — **PROJETO DE LEI N.º 175.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Cria um Colégio Comercial na sede do Município de Doutor Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável, com substitutivo em anexo. Aprovado. 22) — **PROJETO DE LEI N.º 176.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Considera de utilidade pública a Delegacia da Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, da cidade de Maringá. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer: Favorável com substitutivo em anexo. Aprovado. 23) — **PROJETO DE LEI N.º 183.71**, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Profissional para Recuperação de Menores, nesta Capital, e dá outras providências. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: Favorável. Aprovado. 24) — **PROJETO DE LEI N.º 184.71**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública a Aquiconfraria das Mães Cristãs, com sede nesta Capital. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: Favorável. Aprovado. 25) — **PROJETO DE LEI N.º 185.71**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costa. Autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção de Ensino na sede do Município de Guaraniaçu. Relator Deputado Cândido Manuel. Requer seja convertido em diligência junto ao órgão competente da Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. 26) — **PROJETO DE LEI N.º 187.71**, de autoria do Senhor Deputado Quiêse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Melo e Santa Fé. 27) — **PROJETO DE LEI N.º 188.71**, de autoria do Senhor Basílio Zanusso. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional da cidade de Mandaguari. Relator: Deputado Emílio Carazzai. Parecer: Favorável. Aprovado. 28) — **PROJETO DE LEI N.º 193.71**, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Assistência Proteção e Amparo das Meninas Pobres, da cidade de Antonina. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: favorável com substitutivo em anexo. Aprovado. 29) — **PROJETO DE LEI N.º 194.71**, de autoria do Senhor Deputado Quiêse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabáudia, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 30) — **PROJETO DE LEI N.º 195.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer Contrário. Rejeitado por cinco votos contra um. Designado novo relator. 31) — **PROJETO DE LEI N.º 199.71**, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Cria um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Rejeitado por cinco votos contra um. Designado novo relator. 32) — **PROJETO DE LEI N.º 200.71**, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo criar, no Distrito de Cafelândia, D'Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, na forma que especifica. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: Favorável. Aprovado. 33) — **PROJETO DE LEI N.º 206.71**, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 22.71, encaminhando normas legais a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S. A. — BADEP, através de deliberações em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, possa instituir novas Diretrizes ou suprimir as já existentes. Relator Deputado Emílio Carazzai. Requerimento de pedido de vista do Senhor Deputado Cândido Manuel. Deferido. 34) — **PROJETO DE LEI N.º 207.71**, de autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzai. Cria uma Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: favorável. Apro.

vado. 35) — **PROJETO DE LEI N.º 220.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 23.71, encaminhando anteprojeto de lei que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, os cargos isolados de provimento em Comissão que especifica. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 36) — **PROJETO DE LEI N.º 222.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 25.71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: Favorável. Aprovado. 37) — **PROJETO DE LEI N.º 232.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 34.71, integrando a administração do Porto de Paranaguá — APP, e a Administração do Porto de Antonina — APA, em entidade autárquica única, vinculada à Secretaria dos Transportes, sob a denominação de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — APPA, e dá outras providências. Relator Deputado Acyr José. Parecer: favorável. Aprovado. 38) — **PROJETO DE LEI N.º 158.70**, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Declara de utilidade pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 39) — **PROJETO DE LEI N.º 160.70**, de autoria do Senhor Deputado Roberto Wypych. Declara de Interesse Turístico os Municípios que especifica. Relator Deputado Acyr José. Requer que seja convertido em diligência junto à Paranaatur para que se manifeste quanto a sua oportunidade e conveniência. Deferido. 40) — **PROJETO DE LEI N.º 265.71**, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Mangel. Isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias os comerciantes incapazes, fisicamente, de exercerem outras atividades lucrativas, na forma e como especifica. Relator Deputado Acyr José. Parecer: contrário. Aprovado. 41) — **PROJETO DE LEI N.º 272.70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria o Ginásio Estadual de Santa Maria distrito de Alto Paraná. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Senhor Deputado Cândido Manuel. Aprovado. 42) — **PROJETO DE LEI N.º 274.70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria o Ginásio Estadual de Ivatê, distrito de Umuarama. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manuel. Aprovado. 43) — **PROJETO DE LEI N.º 275.70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguape, Município de Paranavai. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Senhor Deputado Cândido Manuel. Aprovado. 44) — **PROJETO DE LEI N.º 278.70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Senhor Deputado Cândido Manuel. Aprovado. 45) — **PROJETO DE LEI N.º 281.70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manuel. — Aprovado. 46) — **PROJETO DE LEI N.º 289.70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria a Escola Normal de Guairacá. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manuel. — Aprovado. 47) — **PROJETO DE LEI N.º 294.69**, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli. Cria uma Circunscrição de Trânsito no Município de Banqueirantes, com jurisdição nos Municípios que especifica. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: Contrário. Aprovado. 48) — **PROJETO DE LEI N.º 136.68**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria um Curso (Ginásial) no Município de Marilena, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com substitutivo. Voto vencido do Deputado Cândido Manuel. Aprovado. 49) — **PROPOSIÇÃO N.º 73.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 21.71, encaminhando cópia autêntica da Resolução 6.71, do Codesul, aprovando retificação e ratificação ao convênio que criou aquele Conselho e o BRDE. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 50) —



**PROPOSIÇÕES N.os 64-71 e 76-71**, foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às referidas Proposições, todos concluindo que os vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida, na próxima reunião, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

(aa) Deputado Wilson Brandão — Presidente.

Rita Celestino Soares — Secretária.

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA**

**Térmo de Ata da 23.a Reunião Ordinária**

As dezesseis horas e cinquenta minutos, do dia vinte do mês de outubro, do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, compareceram o Senhor Presidente desta Comissão, Deputado Wilson Brandão e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zarnardini de Camargo, com o fim de realizarem a 23.a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Presidente não abriu os trabalhos. Nada podendo ficar decidido. O Senhor Presidente solicitou a esta Secretaria que fôsse lavrado o respectivo térmo de Ata. Nada mais havendo a constar, foi lavrado o presente Térmo de Ata que após lido, na próxima Reunião, e achado conforme por todos os membros será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

(aa) Deputado Wilson Brandão — Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

### **COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

**ATA DA 7.a REUNIÃO ORDINÁRIA**

**1.a Sessão Legislativa da 7.a Legislatura**

Aos vinte e um dias do mês de outubro, do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Francisco Escorsim e Acyr José. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: **PROJETO DE LEI N.º 34.71** — De autoria dos senhores deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal de grau colegial, na sede do município de Barra do Jacaré. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. — **PROJETO DE LEI N.º 35.71** — De autoria do senhor deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo, criar no município de União da Vitória, um curso técnico agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. — **PROJETO DE LEI N.º 105.71** — de autoria do senhor deputado Aguinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo, estadualizar o Ginásio Municipal de Arapoti. Relator: Deputado Acyr José. Parecer: Favorável com substitutivo. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 171.70** — De autoria do senhor deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio em Telêmaco Borba e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 194.71** — De autoria do senhor deputado Quiêlse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do município de Sabáudia, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator:

Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 197-70** — De autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara, e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 198-70** — De autoria do senhor deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul, e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. — **PROJETO DE LEI N.º 217-70** — De autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo, criar um Curso Colegial, em Mandaguapé, e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. **PROJETO DE LEI N.º 222-70** — De autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal de grau colegial em São Jerônimo da Serra. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 239-69** — De autoria do senhor deputado Ivo Thomazoni, que passa à Jurisdição da 48.ª Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, à Inspeção Auxiliar de Ensino do município de Santa Izabel do Oeste. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável com substitutivo. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 246-70** — De autoria do senhor deputado Olívio Belch, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual em Estação de Platina, distrito de Santo Antônio da Platina e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 253-70** — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial, em Guaira. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável com substitutivo. Aprovado. — **PROJETO DE LEI N.º 279-70** — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria o Curso Científico, na cidade de Paraíso do Norte. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 292-70** — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 319-70** — De autoria do senhor deputado Erondy Silverio, que cria um Curso Ginásial no bairro Vila Fany desta capital, para funcionar no ano letivo de 1971. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente  
Maria Aparecida Amaral — Secretária

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### ATA DA 3.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

##### 1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 87-70** — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagens, para fins de conservação, a estrada que liga o município de Formosa do Oeste ao de Guaira, passando pelos municípios de Assis Chateaubriand, Porto Palotina, Distrito Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste. Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. PRO.

**LEI N.º 272.70** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Maria, distrito de Alto Paraná. Relator Senhor Deputado Fuad Nacle, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 94.71** — de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar uma escola normal no município de Lobato. Relator Senhor Deputado Fuad Nacle, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 105.71** — de autoria do Senhor Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o ginásio municipal de Arapoti. Relator Senhor Deputado Ovídio Franzoni, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 152.71** — de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do município de Campo Largo à Rodovia do Café BR-376. Relator Senhor Deputado Fuad Nacle, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 175.71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que cria um colégio comercial, na sede do município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Senhor Deputado Fuad Nacle, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 207.71** — de autoria do Senhor Deputado Emilio Carazzai, que cria uma Faculdade de Educação, na sede do município de Cornélio Procopio. Relator Senhor Deputado Fuad Nacle, parecer favorável aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Terezinha B. Moura e Claro — Secretária

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 200.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 27 de outubro de 1971 — (Quarta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Cristóvão, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José Aguiñaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzzi, Eron. dy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Naei, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Lasso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomei, Marcelano Baranuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausente o Sr. Deputado Nivaldo Krüger (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo infausto passamento da senhorita SORAIA CORREA LIMA filha do falecido senhor HENRIQUE CORREA LIMA, ex-Prefeito Municipal e integrante da sociedade de Morretes, em cujo meio era vastamente estimada mercê de seus dotes de bondade e comunicabilidade.

O requerente pede, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

A desaparecida foi vítima em desabamento de casa, fato que teve dolorosa repercussão naquela cidade, causando geral consternação.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Nelson Buffara